



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

**MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS DO TESOURO NACIONAL**

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

José Antonio Gragnani

Jorge Kalil Miski

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS-FISCAIS - CESEF**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Bento André de Oliveira, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE NORMAS E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA - CONED**

Antônio Ramos Machado

Eduardo Salloum, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - CODIN**

Manuel Augusto Alves Silva

Fernando Ferreira, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE - CCONT**

Isaltino Alves da Cruz

Heloísa Teixeira Saito, Adjunta

**COORDENADOR-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA - COSIS**

Adriano Pereira de Paula

Maria Betânia Gonçalves, Adjunta

**COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA - CODIP**

Paulo Fontoura Valle

Ronnie Gonzaga Tavares, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA - CODIV**

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Rômulo Rodrigues, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DÍVIDA PÚBLICA - COGEP**

Anderson Caputo Delfino Silva

Otávio Ladeira de Medeiros, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - COFIN**

Paulo José dos Reis Souza

Paulo Henrique Feijó da Silva, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS E HAVERES MOBILIÁRIOS DO SETOR PÚBLICO - COREF**

Eduardo Coutinho Guerra

Nina Maria Arcela, Adjunta

**COORDENADOR-GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS - COREM**

Maria da Salete Medeiros Moreira

Edécio de Oliveira, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI**

Lúcio Antônio Marques dos Santos

Leandro Giacomazzo, Adjunto

**COORDENADOR-GERAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOURO NACIONAL - COPEC**

Antônio Carlos Pinho de Argolo

Nautílio José Melo Veludo, Adjunto

**COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DE FUNDOS E OPERAÇÕES FISCAIS - COFIS**

Marcus Pereira Aucelio

Maria Carmozita Bessa Maia, Adjunta

**COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - COPEM**

Ronaldo Camilo

Celmar Rech, Adjunto

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ECONÔMICO – FISCAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO PÚBLICO - COAPI**

Daniel Sigelmann

**DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

1.1 - Nome do Órgão : SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL – STN;

1.2 - CNPJ : 00.394.460/0409-50;

1.3 - Natureza Jurídica: Órgão da administração federal direta do Poder Executivo;

1.4 - Vinculação Ministerial: Ministério da Fazenda;

1.5 - Endereço : Esplanada dos Ministérios, Bloco “P”, Plano Piloto, Brasília, DF, CEP 70.048-900

Telefones para contato.: 412-2222 (Gabinete), 412-3500 (Secretários-Adjuntos), 412-3973

(CODIN); Fax: 412-1717 (Gabinete), 412-1616 (Secretários-Adjuntos), 412-1623 (CODIN);

1.6 - Endereço na Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> ;

1.7 - Código do Órgão no Siafi : 25805;

Gestão: 00001 (única);

Unidades Gestoras ativas :

UG	TITULO
170007	COORD.-GERAL DE DESENVOL.INSTITUCIONAL-CODIN
170391	COORD.-GERAL DE GER. DE FUNDOS E OP ESPECIAIS
170500	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA
170501	COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO
170502	SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL/COFIN/STN
170503	SETORIAL DE CONTABILIDADE - COFIN/STN
170504	COFIN EXTERIOR - DOLAR
170505	COFIN EXTERIOR - EURO
170506	COFIN EXTERIOR - IENE
170509	COORD.-GERAL DE ANÁLISE ECONÔMICO – FISCAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO PÚBLICO (COAPI)
170510	COORD.DE CONTR.DE RESP.E HAVERES FINANC./STN
170512	COORDENACAO GERAL DE HAVERES FINANCEIROS
170513	COORDENACAO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE ESTADO
170514	COORD.GER.DE ANAL.EST.FISC.DE EST. MUNICIPIOS
170515	COORD.GER.DE ANAL.EST.FISC.DE EST./MUNICIPIOS
170517	COORD.-GERAL DE GER.DE FUNDOS E OPER.FISCAIS
170518	COORD.GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS FISCAIS
170519	COORD.GERAL DE PLANEJ.ESTRAT.DA DIV.PUBLICA
170521	COORD.-GERAL DE OPER.DE CRED.EST.E MUNICIPIOS
170522	PROGER - RESPONSABILIDADE FISCAL
170600	COORD.GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA
170601	PROGER - GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA
170700	COORD.DAS OPER.DE CRED.DO TES.NACIONAL - STN
170701	COPEC/EQ.INV./GARSUSPT/CUSTEIO/EGF/AGF
170702	COPEC/PROEX
170703	COPEC/PROAGRO/PROG.ESP.SAN.ATIVOS
170704	COPEC/U.RURAI/CACAU/PAPP/PRODECER/PNDR

170705	COORD.-GERAL DE GER. DE FUNDOS E OP FISCAIS
170706	COPEC/SECURITIZACAO/PRODUTOS/CONAB
170707	COPEC/PROFIR-OECF
170708	COPEC/PROG.DE RECUP.DA LAV.CACAUEIRA BAIANA
170709	COPEC/PAPP
170710	COPEC/PROG.REVIT.DE COOP.DE PROD.AGROP.RECOOP
170711	COPEC/PROVARZEAS-KFW
170712	COPEC/PRODECER-II RURAL
170713	COPEC/PESA-PROG.ESPECIAL DE SANEAM.DOS ATIVOS
170715	COPEC/PNDR
170716	COPEC/U.INDUSTRIAIS/ALCOOL/PNDA
170719	COPEC - PNDA
170720	COPEC/CUSTEIO AGROPECUARIO
170721	COPEC/EGF
170722	COPEC - PRONAF
170723	COPEC/AGF
170724	COPEC/ESTOQUES REGULADORES
170726	COPEC/PROAGRO
170727	COPEC/GARANTIA/SUST.PREÇOS
170777	COORDENADORIA DE ADM. DA DIVIDA PUBLICA - STN
170800	COORD.-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA - STN
170802	COORDENACAO-GERAL SIST.INFORMAT.-CONTROLE/STN
170803	REGISTRO AUTOMATICO P/IMPORTACAO DE DADOS-STN
170804	PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.
170850	GABINETE DO SECRETARIO DA STN
170860	COORD.DE NORMAS E AVAL.DA EXEC.DA DESPESA/STN
170950	COFIN - FOLHA DE PAGAMENTO
170999	COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE

1.8 - Normas de criação e finalidade da unidade: Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 - DOU de 11.3.86;

1.9 - Norma que estabelece a estrutura orgânica: Decreto nº 5.136, de 7 de julho de 2004;

1.10 - Publicação no DOU do Regimento Interno: Portaria MF nº 403, de 2.12.2005, publicada no DOU de 7.12.2005

**ÍNDICE**

I	Plano Plurianual 2004/2007 – Ações Governamentais	06
II	Atividades e Projetos essenciais ao Tesouro Nacional	09
II.1	CESEF – Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais	10
II.2	CCONT – Coordenação-Geral de Contabilidade	21
II.3	CODIN – Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional	49
II.4	CONED – Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa	79
II.5	COSIS – Coordenação-Geral de Sistemas de Informática	92
II.6	COFIS – Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais	113
II.7	COFIN – Coordenação-Geral de Programação Financeira	173
II.8	COPEC – Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional	192
II.9	COREF – Coordenação-Geral de Controle de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Setor Público	205
II.10	COAFI – Coordenação-Geral de Haveres Financeiros	247
II.11	COREM – Coordenação-Geral das Relações e Análise financeira dos Estados e Municípios	266
II.12	COPEM – Coordenação-Geral de Operações de Créditos de Estados e Municípios	272
II.13	CODIP – Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública	280
II.14	CODIV – Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública	284
II.15	COGEP – Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública	314

**I. PLANO PLURIANUAL 2004/2007 – AÇÕES GOVERNAMENTAIS****Programa 0773 - Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União**

Objetivo do Programa - Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar a obtenção do superávit primário estabelecido no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com o objetivo de proporcionar o alcance de uma relação dívida pública/PIB que garanta a solvência do setor público.

Beneficiário – Governo Federal.

Metas físicas e financeiras das ações orçamentárias e execução das mesmas:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - 1579 (sistema desenvolvido/% de execução física)	17,00	2,00	4.962.619,00	4.954.259,00
Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas - 0556 (ENTIDADE APOIADA/UNIDADE)	1,00	1,00	21.610.000,00	21.610.000,00
Assistência Técnica em Responsabilidade Fiscal - 7688 (Ente federativo atendido/UNIDADE)	1.877,00	5.562,00	724.838,00	48.201,00
Gestão da Dívida Pública - 2077 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	72,00	77,00	4.687.282,00	4.569.884,00
Gestão de Haveres da União - 2076 (haver gerido/R\$ milhão)	40.048.000,00	37.011,51	2.958.931,00	2.245.489,00
Gestão de Obrigações da União - 2075 (LEILÃO REALIZADO/UNIDADE)	232,00	320,00	2.132.782,00	1.691.178,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	353.831,00	329.883,00
Gestão Financeira e Contábil da União - 2074 (Balanço Geral da União elaborado/UNIDADE)	1,00	1,00	2.927.118,00	2.728.746,00
Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI - 3599 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	14,00	1,50	5.345.536,00	0,00
Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - 0403 (-/-)	<b>Sem dados físicos</b>		63.135.445,00	0,00
Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA - 0545 (-/-)	<b>Sem dados físicos</b>		2.331.149,00	0,00
Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID - 0544 (-/-)	<b>Sem dados físicos</b>		132.067.100,00	49.888.194,00
Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União - 6490 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	355,00	10,00	2.839.162,00	2.839.162,00
Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - 2086 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	76.721.782,00	76.284.182,00
Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional - 2081 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	10.377.197,00	5.671.001,00
<b>Subtotal LOA + Créditos 2005</b>			<b>333.174.772,00</b>	<b>172.860.179,00</b>
<b>Subtotal RAP 2004</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal Não-Orçamentário 2005</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>			<b>333.174.772,00</b>	<b>172.860.179,00</b>

Dentre as principais ações que integram o programa 0773, destacamos, a seguir, os principais resultados obtidos na execução das ações do mencionado programa no exercício de 2005:

a) No âmbito da ação 2076 – Gestão de Haveres da União, a qual fornece os recursos orçamentários para o funcionamento administrativo e operacional das áreas do Tesouro Nacional que controlam a arrecadação das receitas públicas associadas aos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pela STN, o principal resultado obtido foi a arrecadação de cerca de R\$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93 % da meta física de R\$ 40 bilhões prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de superávit primário nas contas públicas estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A arrecadação executada foi um pouco

inferior à meta física devido, em parte, à variação cambial, no que se refere às receitas associadas a haveres da União administrados pelo Tesouro Nacional relativos à renegociação das dívidas de Estados e Municípios junto à União. Não há indicador de desempenho para esta ação;

b) Relativamente à ação 2075 – Gestão de Obrigações da União, a qual fornece os recursos orçamentários para o funcionamento administrativo e operacional das áreas do Tesouro Nacional que realizam os leilões de títulos da dívida mobiliária federal, o principal resultado obtido foi a manutenção da dívida pública federal em trajetória sustentável, a qual atingiu o percentual de cerca de 51 % do Produto Interno Bruto no final do ano de 2005. A realização de 320 leilões de títulos da dívida pública contribuiu para a obtenção do resultado antes mencionado. Houve superação da meta física de 232 leilões prevista no orçamento porque as circunstâncias de mercado obrigaram o Tesouro Nacional a assim proceder. Não há indicador de desempenho para esta ação;

c) Com referência à ação 2074 – Gestão Financeira e Contábil da União, a qual fornece os recursos orçamentários a serem despendidos no funcionamento administrativo e operacional das áreas do Tesouro Nacional que elaboram o BGU, os Decretos de Programação Financeira de contingenciamento do orçamento, o cálculo do resultado do Tesouro etc, um resultado que pode ser mencionado é o da superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25 % do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto a meta efetivamente obtida foi de cerca de 4,84% do PIB (aproximadamente R\$ 93,5 bilhões) . Não há indicador de desempenho para esta ação;

d) No que concerne à ação 2077 – Gestão da Dívida Pública, a qual fornece os recursos orçamentários para fazer frente a gastos com contratos no que se refere a atividades relacionadas à administração da dívida pública federal, incluindo a contratação de agentes fiscais e de pagamento, no Brasil e no exterior, empresas de rating, escritórios de advocacia no exterior, centrais de custódia, agências de informações , registro em bolsas de valores e órgãos de controle de valores mobiliários, dentre outros, o resultado que pode ser associado à execução desta ação é a redução do percentual da dívida externa como proporção do PIB, que passou de cerca de 46 % no final de 2002 para aproximadamente 21 % no final de 2005, a menor proporção em 30 anos. Indicador de desempenho para esta ação:

<b>Denominação</b>	<b>Descrição (o que mede)</b>	<b>Fórmula de Cálculo Medição</b>	<b>Responsável pela Medição</b>
Contratos de Emissões, reaberturas, operações estruturadas, compra e recompra de títulos, agências de rating, etc	Mede o nro. de contratos no âmbito da Ação 2077	Nro. de Contratos geridos no período	Assessoria/CODIV

Em termos gerais, consideramos que a execução do programa gerou resultados positivos, tendo em vista que a dívida pública se manteve em patamares aceitáveis, fechando o ano representando cerca de 51 % do PIB, o que pode ser atribuído, em parte, à obtenção de um montante de superávit primário como proporção do PIB superior àquele estabelecido na LDO. A meta da LDO era de 4,25 % do PIB de superávit primário, enquanto o efetivamente obtido foi de 4,84% do PIB.

e) Relativamente à ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, O produto desta ação é sistema mantido e a unidade de medida é a unidade, sendo a meta física da ação igual a 1 sistema mantido.

Esta ação é relevante porque ela envolve o desenvolvimento, manutenção e produção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Além disso são executados outros serviços correlatos necessários a dar suporte às diversas atividades finalísticas da Secretaria, atinentes ao SIAFI.

Relativamente a esta ação, sua dotação orçamentária foi, em 2005, de R\$ 76.721.782, tendo sido executados financeiramente R\$ 76.284.182, o que corresponde a 99,43 % da dotação.

O sistema foi mantido ao longo de todo o ano e, apesar dos problemas enfrentados, tudo aconteceu de forma satisfatória, a produção do sistema foi mantida, mesmo com as restrições orçamentárias e financeiras impostas à STN.

## **II – ATIVIDADES E PROJETOS ESSENCIAIS AO TESOURO NACIONAL**

### **II.1 – COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS – CESEF**

No exercício de 2005, as metas atribuídas à CESEF foram atingidas em sua totalidade. Embora a unidade não execute diretamente ações orçamentárias, o conjunto das tarefas desempenhadas é de fundamental importância para a consecução dos objetivos delineados no programa 0773 do PPA – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União.

Os trabalhos realizados no exercício de 2005 estão divididos em três categorias: atividades, projetos e reserva técnica, e obedecem ao disposto nas Portarias STN 560, de 27/10/2004, 310, de 29/04/2005 e 719, de 31/10/2005.

São classificadas como atividades os trabalhos rotineiros da Coordenação, ao passo que os projetos se constituem em estudos específicos. A reserva técnica compreende as ações que, embora não discriminadas como projetos ou atividades, foram adotadas com o objetivo de atender às demandas de naturezas diversas associadas ao caráter de assessoria econômica da CESEF. Ao longo de 2005, tais demandas foram atendidas integralmente. No que diz respeito às atividades, pode-se destacar:

**A.1** Elaborar mensalmente o documento “Resultado do Tesouro Nacional”, que consiste na análise do Resultado Fiscal e da Dívida Líquida, em consonância com as divulgações de estatísticas fiscais dos demais órgãos da administração pública.

#### **Objetivos e Metas:**

O Resultado do Tesouro Nacional constitui-se em informe mensal que apresenta aos agentes econômicos – e demais pessoas interessadas – o resultado primário mensal do Tesouro Nacional e Governo Central apurado pelo critério das Necessidades de Financiamento (ótica “Acima da Linha”). Além disso, apresenta a evolução do saldo das dívidas interna e externa da União, descrevendo as principais operações que impactaram a dívida líquida do Tesouro Nacional em mercado, a evolução da sua composição e os prazos e custos médios da dívida mobiliária interna e da dívida securitizada.

No tocante ao Resultado Primário, são obtidas as informações relativas à despesa não-financeira das unidades gestoras através do SIAFI – transação caixa - e os dados referentes às receitas são obtidos via SIAFI (Fundos, Autarquias e Fundações) e Secretaria da Receita Federal (receitas administradas). Para apuração da dívida líquida são utilizadas informações prestadas pela Codip, Codiv, Coafi e Cofis, no âmbito do Tesouro Nacional e consultas ao SIAFI (Fundos, Autarquias e Fundações). Por meio de rotina estabelecida, há estreito relacionamento com a Cogep no tocante à explicitação e análise dos determinantes da evolução da DPMF.

O documento “Resultado do Tesouro Nacional” descreve o comportamento das contas do Tesouro Nacional, explicando a composição dos resultados calculados segundo a metodologia das necessidades de financiamento, além do fluxo financeiro da STN. Compõem ainda o documento, as

informações relativas à Dívida Líquida do Tesouro Nacional, incluindo a evolução dos saldos, prazo médio e taxas, das Dívidas Interna e Externa, além de informações de relevância para a compreensão da evolução da política fiscal da União. Em anexo, além dos boletins de transferências para Estados e Municípios, são publicados os seguintes quadros:

- I. Resultado Primário do Governo Central
- II. Execução Financeira da STN
- III. Relacionamento Tesouro/Bacen
- IV. Operações Oficiais de Crédito
- V. Dívida Líquida do Tesouro Nacional – Em Mercado
- VI. Dívida Externa do Tesouro Nacional
- VII. Dívida Pública Mobiliária Federal
- VIII. Dívida Líquida dos Fundos, Autarquia e Fundações
- IX. Custeio por Órgão (Ótica dos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira)
- X. Investimento por Órgão (Ótica dos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira)

**Indicador:**

<b>Ano</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Resultado Primário do Governo Central (em R\$ bilhões)	49,4	52,5*
Resultado Primário do Governo Central (% PIB)	2,79	2,72*

\* Dados Preliminares

**Análise do Resultado Alcançado:**

Mensalmente, as informações são remetidas à CESEF que elabora o texto para publicação obedecendo a cronograma aprovado pelo Secretário do Tesouro Nacional. No exercício de 2005, o trabalho foi realizado tempestivamente, obedecendo-se o cronograma mencionado. Foram produzidos doze relatórios.

**A.2** Elaborar relatórios e demonstrativos de acompanhamento das contas fiscais para efeito de cumprimento de dispositivos legais.

**Objetivos e Metas:**

Elaboração de demonstrativos e relatórios segundo disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Podemos destacar dois dispositivos

obrigatórios: i) o relatório de avaliação de cumprimento de metas fiscais, elaborado quadrimestralmente nos meses de maio, setembro e fevereiro; e ii) envio de informações para a CCONT para compor o Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

O relatório quadrimestral de avaliação e cumprimento de metas fiscais prevê a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Este relatório é objeto de audiência pública conjunta - pelo Secretário do Tesouro Nacional e Secretário de Orçamento e Finanças - na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. O referido relatório está dividido em três partes: a) apresentação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social - aqui denominados Governo Central, e das empresas estatais federais não financeiras; b) justificativa dos principais desvios referentes à composição das receitas e despesas do Governo Central, e c) indicação das medidas corretivas.

### **Análise do Resultado Alcançado:**

As informações fiscais sobre o resultado primário e nominal da União, assim como da dívida consolidada líquida, foram enviadas à CCONT para compor o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Os relatórios e demonstrativos acima identificados foram elaborados e divulgados obedecendo aos prazos estabelecidos naqueles instrumentos legais.

Foram elaborados no exercício de 2005 os relatórios de cumprimento de metas referentes ao 3º Quadrimestre de 2004 e 1º e 2º Quadrimestres de 2005, e encaminhados ao Congresso Nacional, nos prazos estabelecidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que subsidiaram as audiências públicas ocorridas em 26/01/2005, 25/05/2005 e 26/09/2005.

**A.3** Consolidar e divulgar informações fiscais referentes às operações do Governo Central para efeito de cumprimento aos termos de adesão do Brasil ao Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como das estatísticas harmonizadas do Governo Nacional, no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM).

### **Objetivos e Metas:**

São disponibilizadas informações no âmbito de dois acordos internacionais, a saber:

Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM): as informações fiscais para o GMM são trimestrais e compreendem o Governo Nacional (resultado primário e juros nominais da administração pública nacional, empresas estatais federais e Banco Central do Brasil). O resultado da administração nacional é composto pelo resultado do Governo Federal (Tesouro Nacional e Previdência Social) mais operações de financiamento para fins de política pública (Net Lending). A apuração é efetuada pela CESEF e encaminhada para consolidação pelo Banco Central a quem compete proceder à publicação na página do GMM, atualmente hospedada no sítio do Ministério da Economia da Argentina (<http://gmm.mecon.gov.ar/>). Todas as informações necessárias são disponibilizadas tempestivamente.

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Special Data Dissemination Standard (SDDS): As estatísticas sobre operações do governo federal são divulgadas em reais e compreendem o Tesouro Nacional e a Previdência Social. Os dados são divulgados mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional: receitas, transferências e despesas primárias e as despesas com juros nominais, conforme informação enviada pelo Banco Central. O resultado primário é consolidado e calculado em regime de caixa e os juros nominais em regime de competência. As informações podem ser enviadas até três dias antes e depois da divulgação do resultado do setor público consolidado do Banco Central. Todas as informações relativas ao SDDS são disponibilizadas tempestivamente.

#### **Análise do Resultado Alcançado:**

As informações foram divulgadas tempestivamente, obedecendo-se ao cronograma disponibilizado no endereço: <http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>.

Acordo Stand-by: Compreende os demonstrativos de informações fiscais (e correlatas) referenciados como critérios de desempenho, metas indicativas e hipóteses de programa tais como referenciados nas Cartas de Intenções expedidas a partir das revisões dos termos do acordo. Este conjunto de informações foi disponibilizado por ocasião das Missões de Revisão.

Com o encerramento do Acordo com o FMI, tais atividades passaram a se restringir à prestação de informações por ocasião das missões regulares no âmbito do Artigo IV do Convênio Constitutivo do Fundo.

#### **Análise do Resultado Alcançado:**

As informações foram disponibilizadas seguindo, prazos e orientações estabelecidas pelas autoridades brasileiras.

**A.4** Assessorar o Secretário do Tesouro Nacional no acompanhamento e análise de Votos para as reuniões do Comitê da Moeda e Crédito (Comoc) e Conselho Monetário Nacional (CMN).

#### **Objetivos e Metas:**

O Secretário do Tesouro Nacional participa das reuniões do Comoc e CMN necessitando de assessoramento técnico, prestado por esta Coordenação. São analisadas Minutas de Votos que compõem as reuniões acima, com exame dos impactos sobre as contas públicas. Eventualmente, a CESEF também elabora Minutas para apreciação nos referidos colegiados.

Os Votos da Comoc e CMN são remetidos previamente à CESEF, que os analisa – ou articula análise com as Coordenações cujos temas são pertinentes – e apresenta ao Sr. Secretário, embasando sua atuação nas reuniões. A CESEF também coordena a elaboração de Votos específicos de interesse da Secretaria do Tesouro Nacional. O Secretário tem sido mensalmente assessorado em todas as reuniões do COMOC e CMN.

#### **Análise do Resultado Alcançado:**

A CESEF coordenou a elaboração de votos de interesse da Secretaria do Tesouro Nacional nas seguintes reuniões do COMOC e do CMN:

<i>Reunião COMOC</i>	<i>Reunião CMN</i>
26/01/05	27/01/05
23/02/05	24/02/05
22/03/05	23/03/05
19/04/05	20/04/05
24/05/05	25/05/05
22/06/05	23/06/05
27/07/05	28/07/05
24/08/05	25/08/05
28/09/05	29/09/05
26/10/05	27/10/05
23/11/05	24/11/05
14/12/05	15/12/05

No que diz respeito aos projetos, pode-se destacar:

**P.1.** Elaborar em conjunto com a CCONT, COFIS, COREM e COPEM, sob coordenação da CESEF, estudo para definição de procedimentos voltados à compilação das estatísticas e ao estabelecimento de regras fiscais das Parcerias Público-Privadas, em observação às diretrizes internacionais e aos preceitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **Objetivos e Metas:**

Trata-se de continuidade de trabalho desenvolvido em períodos anteriores. Neste exercício, após exame, por parte das respectivas coordenações gerais envolvidas (Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF - e Coordenação Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública – COGEP), dos modelos de sustentabilidade da dívida líquida do setor público, desenvolvidos individualmente por cada uma destas coordenações (modelo simplificado, por parte da COGEP e modelos simplificado e complexo, por parte da CESEF), optou-se – por critérios técnicos - pela adoção da versão modificada daquela apresentada pela COGEP, submetendo, para isso, o modelo a testes de sensibilidade.

### **Análise do Resultado Alcançado:**

Após o acompanhamento dos modelos desenvolvidos pela CESEF, observou-se que o modelo complexo tem apresentado resultados bastante confiáveis para os dados mensais. Em função disso, esta Coordenação Geral elaborou cronograma para trabalhar mais detidamente o modelo complexo, procedendo a estudos de eventuais ajustes para se reduzir, ao máximo, e na medida do possível, dificuldades de operacionalização. Esta se configura como a linha de trabalho necessária para aprimorar e dar continuidade a estudos que tenham os resultados do modelo como insumo para decisões relacionadas à política fiscal.

**P.2.** Especificar e implementar, em conjunto com a CODIN e a COSIS, sob a coordenação COSIS, novas operações sobre séries temporais do Sistema de Indicadores da CESEF.

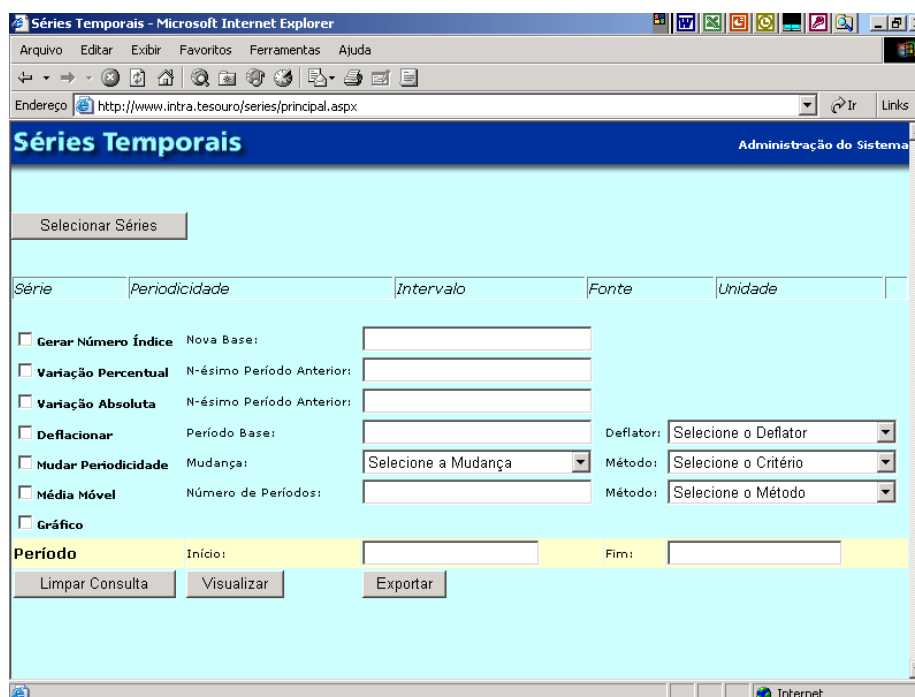
### **Objetivos e Metas:**

Com o objetivo de aprimorar o sistema de séries temporais da CESEF e incorporar novas operações ao sistema de indicadores existente, foi definida e implementada ferramenta para a geração de relatórios (quadros, gráficos e tabelas) com as características especificadas pelas coordenações participantes.

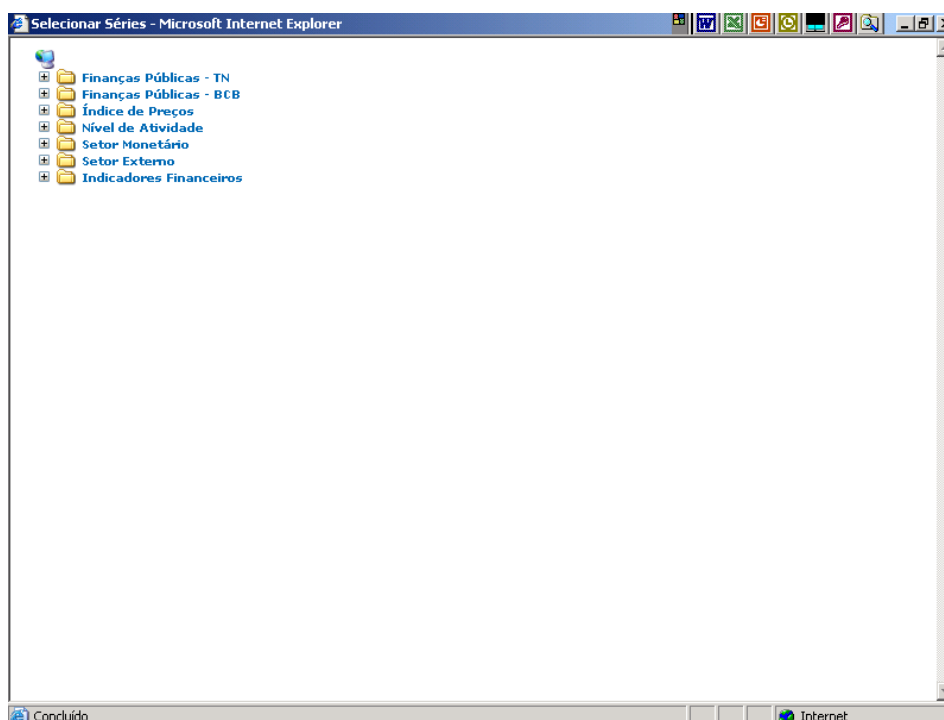
### **Análise do Resultado Alcançado:**

Ademais, foram realizadas ações no sentido de definir as séries históricas e realizar a carga de dados no sistema.

## I – VISUALIZAÇÃO DA TELA PRINCIPAL



## II – VISUALIZAÇÃO DO MENU DE SERIES



**P.3.** Participar de grupo de trabalho, em articulação com a Casa Civil, Ministério da Previdência Social e Ministério do Planejamento, visando ao acompanhamento da execução das ações integrantes do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, destinadas à redução do déficit estimado para o RGPS, ao combate à fraude e à sonegação, bem assim à melhoria do atendimento aos beneficiário e contribuintes da previdência social.

### **Objetivos e Metas:**

O Tesouro Nacional faz o acompanhamento mensal e análise do resultado primário da Previdência Social, parte integrante do resultado primário do Governo Central divulgado mensalmente pela CESEF. A criação do grupo de trabalho interministerial representa uma das ações previstas no Programa de Modernização da Previdência Social. O Grupo de Trabalho foi constituído por meio da Portaria da Casa Civil nº 269, de 14 de abril de 2005, em conformidade com o referido Decreto, integrado por representantes da Casa Civil da Presidência (que o coordena), Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República e Ministérios da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### **Análise do Resultado Alcançado:**

Foram realizadas reuniões de trabalho do Grupo e produzidos dois relatórios analisando-se o planejamento do trabalho de acompanhamento, o processo de concessão de benefícios por incapacidade e o planejamento estratégico do MPS/INSS para 2005 nas áreas de arrecadação e de concessão de benefícios.

**P.4.** Acompanhar a realização e produzir relatório dos resultados observados da 1ª etapa do Censo Previdenciário de novembro de 2005 a fevereiro de 2006, que tem como objetivo a redução de pagamentos indevidos a partir da atualização cadastral dos titulares de benefícios.

#### Ações realizadas:

Dentro do esforço de sanear a Previdência Social o Governo Federal está promovendo um censo de beneficiários do INSS com início da 1ª etapa em novembro de 2005. O Ministério da Previdência Social decidiu focar o Censo nos beneficiários com cadastros mais frágeis e usar a rede bancária. Esse censo é seletivo, devendo alcançar aproximadamente 2,5 milhões de beneficiários na 1ª etapa, com resultados decorrentes da análise da informação angariada previstos para a primeira metade de 2006. Mais uma vez, decidiu-se usar a rede bancária, pela sua capacidade de atendimento de grande número de usuários, evitando-se sobrecarga adicional nas agências do INSS. Portanto, a idéia do Censo é atualizar os dados cadastrais do Titular do Benefício com a presença do mesmo e, na impossibilidade, seu Procurador ou Representante Legal deverá apresentar os documentos do Titular.

A participação da Cesef na etapa de estruturação do Censo 2005 foi focada na intermediação das reuniões com a Febraban. Coube à STN fechar o acordo de tarifas a serem pagas aos bancos para a realização do Censo.

#### Análise do Resultado Alcançado:

A 1ª etapa do Censo já foi iniciada e a CESEF vem acompanhando o processo, devendo apresentar, ao final do mês de abril, os resultados obtidos na sua realização. A seguir o cronograma proposto pela Previdência para a 1ª etapa:

**PERÍODO DE REALIZAÇÃO: NOV/05 A FEV/06**  
**RESULTADOS DA ATUALIZAÇÃO A PARTIR DE MAR/06**  
QUANTIDADE E PORCENTAGEM DE BENEFICIÁRIOS, E RM SEGUNDO A  
ESPÉCIE DO BENEFÍCIO

<b>Espécie</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Renda Mensal</b>	<b>%</b>
Aposentadorias	933.102	37,5%	507.506.619,76	50,9%
Pensões	1.095.796	44,1%	356.641.755,89	35,8%
Benefícios Assistenciais	413.821	16,6%	124.146.675,00	12,5%
Auxílios	42.599	1,7%	8.028.404,14	0,8%
Outros	485	0,0%	153.109,89	0,0%
<b>TOTAIS</b>	<b>2.485.803</b>	<b>100,0%</b>	<b>996.476.564,68</b>	<b>100,0%</b>

**P.5.** Participar de reuniões da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima (CIMGC), criada pelo Decreto de 7 de julho de 1999, e acompanhar o desenvolvimento do mercado de crédito de carbono no País, produzindo informes periódicos.

#### Objetivos e Metas:

O Ministério da Fazenda vem envidando esforços no sentido de auxiliar a criação de um ambiente de conhecimento sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), para futura formulação das políticas públicas para o Mercado de Créditos de Carbono no Brasil.

Ao incorporar-se à Comissão Interministerial de Mudança do Clima (CIMGC), a Autoridade Nacional Designada (AND), o Ministério da Fazenda, através das Secretarias de Acompanhamento Econômico (SEAE) e do Tesouro Nacional (STN), passou a participar da aprovação dos projetos a serem realizados no âmbito do MDL que representam uma fonte de recursos financeiros para projetos de desenvolvimento sustentável.

### **Análise do Resultado Alcançado:**

A CESEF participou de todas as reuniões da CIMGC no exercício de 2005, revisou o material elaborado pela FGV sobre o assunto e traçou estratégias para a formulação de políticas públicas para o Mercado de Créditos de Carbono no Brasil.

No que diz respeito à reserva técnica, destacam-se as seguintes ações realizadas em 2005:

#### **RT.1. Elaboração de Notas Técnicas relativas a assuntos de interesse do Tesouro Nacional.**

São listadas, a seguir, Notas Técnicas relativas ao exercício de 2005:

20/01/2005	Proposta sobre direcionamento de parcela de recursos da poupança habitacional para o setor de saneamento
15/02/2005	Recursos de natureza fiscal: classificação Manual de Estatísticas de Finanças Públicas
25/02/2005	Contingenciamento de investimento de empresas estatais federais
14/07/2005	Prorrogação de dívidas de custeio agrícola na região Centro-Oeste e Estado da Bahia
30/08/2005	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – Sugestões de Veto

#### **RT.2. Elaboração de Palestras para o Secretário do Tesouro Nacional e no âmbito da CESEF.**

Dentre as palestras cujo material foi elaborado pela CESEF destacam-se:

- Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional
- Comitativa da China
- Fundação João Pinheiro
- Investidores Nacionais e Internacionais (Parceria Público Privada – PPP)
- Junta de Programação Orçamentária e Financeira

#### **RT.3. Curso de formação dos analistas de finanças e controle da STN**

O Curso de Formação dos analistas de finanças e controle da STN foi realizado no período de 3 de outubro a 18 de novembro de 2005, na sede da Escola de Administração Fazendária em Brasília – DF. A CESEF participou da confecção do conteúdo programático, da análise sobre a carga horária a ser realizada e da formatação de questões das provas escritas. Ademais foram ministradas 48 horas-aula.

**RT.4. Atualização periódica do modelo da dívida consolidada líquida, em conjunto com a COGEP, com a consolidação mensal dos principais resultado**

Trata-se de atualização mensal e tempestiva do modelo da dívida consolidada líquida desenvolvido em conjunto com a COGEP.

**RT.5. Participação no Grupo de Trabalho de Saneamento**

As propostas apresentadas para contratação dos recursos do FGTS para o setor de saneamento em 2005/2006 consistem em inovações positivas quanto aos procedimentos de acesso ao crédito, mas devem ficar restritas aos limites operacionais das instituições financeiras e observar as restrições de ordem fiscal do setor público consolidado. Ademais, é importante fortalecer o instrumento de indução à melhoria da gestão empresarial das companhias de saneamento, reconhecendo-se o grande avanço que foi para o país a implementação dos Acordos de Melhoria de Desempenho (AMD). Nesse sentido, a adoção da certificação anual do cumprimento das metas contratadas, papel a ser executado por auditoria independente, é de fundamental importância.

As diretrizes desse processo estão consolidadas na Resolução CMN 3.331, de 28 de novembro de 2005, a qual teve a participação ativa da CESEF em sua formulação e formatação.

Ademais, no decorrer do exercício foram realizadas alterações na Resolução CMN 3.153, de 2003, por meio das Resoluções CMN, 3.294, de 29 de junho, 3.313, de 2 de setembro, 3.327, de 11 de novembro, e 3.338, de 23 de dezembro, objetivando aperfeiçoamento dos processos de seleção e contratação de operações de crédito para saneamento ambiental, por entes do setor público, junto ao Sistema Financeira Nacional .

**RT.6. Participação no Grupo de Trabalho Interministerial voltado para a promoção de eventos de divulgação, junto a investidores externos, de oportunidades de Investimento no País.**

A CESEF participou de reuniões no MDIC, representando o Ministério da Fazenda, com o objetivo de viabilizar a participação do Ministério da Fazenda, nos eventos para atrair grandes investidores. Eventos realizados: Davos, São Paulo, Nova Iorque, Japão e Coreia.

**RT.7. Coordenação, no âmbito do Ministério da Fazenda, de Missão do Governo Chinês.**

A CESEF coordenou, junto a diversas áreas do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Assuntos Internacionais, a recepção de missão do Ministério de Economia da China. Entre os pontos abordados em reuniões no mês de outubro estão: regimes próprios de previdência social, regime geral de previdência social, benefícios assistenciais, Lei de Responsabilidade Fiscal e aspectos do federalismo fiscal.

**RT.8. Estudos Específico sobre questões relacionadas ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS).**

A Cesef efetuou o acompanhamento das questões relacionadas ao RGPS que poderiam afetar a necessidade de financiamento daquele regime, em especial: i) memorial sobre o acordo do IRSM elaborado para o STF com o intuito de subsidiar a análise sobre a questão da majoração das pensões, a qual encontra-se em exame naquela Corte; ii) memorial sobre o caso da majoração das pensões especificamente; iii) nota técnica sobre as negociações com a Febraban e resultado final da

tarifa pagas aos bancos para a realização do Censo 2005; iv) observações sobre a tentativa de alteração da legislação do benefício de auxílio-doença, traduzida na MP 242; v) participação de reuniões para a discussão de novo parcelamento de dívidas dos Estados e Municípios com o INSS.

### **Cumprimento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União**

- Ofício SEMAG/TCU nº 87, de 21 de março de 2005

Assunto: Esclarecimentos solicitados sobre a desagregação das receitas do Governo Central para o exercício de 2004, constantes na publicação mensal do Resultado do Tesouro Nacional, divulgado por esta Secretaria.

Ação: Resposta através do Ofício nº 1505 STN/CESEF com as explicações requisitadas.

- Requisição TCU nº 01/2005, de 13 de setembro de 2005

Assunto: Solicita documentação e informações no sentido de subsidiar o trabalho da equipe de auditoria da Secretaria de Macro-avaliação Governamental.

Ação: Resposta através do Ofício nº 6218/2005 GAB/STN de 06 de outubro de 2005 com os documentos requisitados em anexo.

- Requisição TCU nº 02/2005, de 21 de outubro de 2005

Assunto: Solicita documentação e informações no sentido de subsidiar o trabalho da equipe de auditoria da Secretaria de Macro-avaliação Governamental.

Ação: Resposta através do Ofício nº 6618/2005 GAB/STN de 28 de outubro de 2005 com as informações requeridas sobre a Empresa Gestoras de Ativos – EMGEA.

## **II.2 – COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE – CCONT**

### **1 - INTRODUÇÃO**

Durante o período de janeiro a dezembro de 2005, a Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT, trabalhou, de maneira atuante, pela valorização de novas implementações no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, bem como na melhoria dos atributos já existentes. Para tanto, foi estabelecido expressivo número de metas evolutivas no exercício além das inúmeras atividades que consomem grande parte dos recursos humanos e operacionais da força de trabalho da equipe.

Eventos também foram realizados para a divulgação institucional da Contabilidade Aplicada à Administração Financeira e, por conseguinte, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, dando prosseguimento ao projeto de consolidar o Órgão Central de Contabilidade na Federação.

Destaque-se, ainda, ação permanente visando promover crescente interligação do fluxo administrativo e operacional entre as Gerências da CCONT e o programa de capacitação contínua dos servidores da Coordenação para melhor qualificar a atuação técnica dos usuários do SIAFI.

### **2 - EVOLUÇÃO DO SIAFI**

Em 2005, foram desenvolvidas diversas ações, visando a otimização do SIAFI, que estão a seguir comentadas:

#### **2.1 - ROTINAS CONTÁBEIS**

#### **2.2 - CONCILIAÇÃO DA CONTA ÚNICA**

No período de maio a outubro de 2003 foi definida meta conjunta entre a CCONT e a Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS com o objetivo de reformular a conciliação da conta única, avaliar os pontos críticos e propor alterações necessárias ao SIAFI, em decorrência da implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Devido à impossibilidade de atendimento da Meta pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO naquele período, em 2005, foram retomadas as discussões com a participação da CCONT, COSIS e da COFIN, do projeto elaborado com o objetivo de aperfeiçoar os atuais mecanismos de conciliação da conta única proporcionando maior segurança, transparência e automação ao processo, bem como identificar atuais pontos críticos e propor as alterações necessárias a serem implementadas. Com as discussões foram realizadas apenas adaptações e detalhamentos do projeto original e mudanças nas rotinas do SPB e do SIAFI. Isto porque, mais uma vez, embora necessário, não foi possível implementar o projeto devido à necessidade de alocação dos recursos humanos do SERPRO em outras demandas de imposição legal ou prioritária para o Tesouro Nacional.

O documento Guia de Recolhimento da União – GRU Retifica – utilizado pelas unidades do Governo Federal para regularização de recolhimento indevido foi implantado no período.

### **2.3 - CONTAS A PAGAR E RECEBER – CPR**

No ano de 2005, o Sistema CPR recebeu várias adequações, além da manutenção das tabelas de apoio, utilizadas para inclusão/alteração/exclusão de códigos de documentos, situações e deduções/encargos. Dentre as adequações, destacam-se:

- implementação de novas situações e deduções para atender a novas demandas das Unidades Gestoras;
- correções efetuadas em situações e deduções para adequar aos fatos a serem registrados no CPR;
- implementação e inclusão da OB de Crédito Retido;
- redefinições em conjunto com a COSIS de procedimentos do CPR, tais como: transferências de compromissos e listas;
- início dos trabalhos para implementação da rotina de pagamento de precatórios no CPR;
- implementação de rotinas para restabelecimentos de compromissos baixados ou cancelados;
- implementação das rotinas para pagamento de compromissos com listas;
- implementação das rotinas de controle de empenho nos documentos de arrecadação no CPR;
- implementação de rotinas para pagamento de documentos com mais de uma fonte no CPR;
- homologação da rotina de inclusão do campo classificação 2, na tela de dedução;
- alteração da rotina de controle de empenho nos documentos de arrecadação com a definição da rotina de emissão de documentos com o recurso zero;
- otimizações na rotina de Centro de Custos no CPR;
- testes para homologação da rotina recurso zero no controle de empenho;
- definição para tratamento das inscrições 6 e 7 para a rotina de OB, Aplicação no CPR;
- definição e testes para homologação da rotina de inclusão de dedução em documentos hábeis de exercícios anteriores.

### **2.4 – VARIAÇÃO CAMBIAL**

No exercício de 2004, conforme estabelecido na Portaria STN nº 225, de 30/04/2004, foi elaborado, em conjunto com a COSIS, projeto de registro automático diário, no SIAFI, dos efeitos de variação cambial nas unidades gestoras de moeda estrangeira.

De acordo com as regras de especificação de implementação do projeto, no exercício de 2005 foram implantadas as seguintes definições no SIAFI:

- substituição da Transação >CONTAXCONV (Consulta Taxa Conversão Mensal) pela >CONCAMBIO (Consulta Tabela Taxa de Câmbio) com impacto na Transação >BALANCETE decorrente da conversão dos dados em moeda estrangeira;
- criação dos procedimentos contábeis envolvendo inclusão de contas contábeis, eventos, bem como o campo VARIACAO CAMBIAL na Transação >ATUCONTA – Atualiza Conta;
- inclusão de campo na Tabela de UG DIFERENCA CAMBIAL para identificar no processo automático de ajuste de variação cambial qual a UG a ser contabilizada;
- desativação das Transações ATUDIFCAM (Atualiza Diferença Cambial) e CONDIFCAM (Consulta Diferença Cambial) em virtude da implantação da nova rotina de variação - cambial;
- definição de regras no programa para apuração dos saldos contábeis a serem regularizados em virtude da variação cambial e marcação dos documentos a serem ajustados diariamente;
- inclusão do item 02.03.26 – Registro dos Ajustes dos Efeitos da Variação Cambial, no Manual SIAFI, para permitir o conhecimento do processo de registro diário dos ajustes dos efeitos da variação cambial, observada nas demonstrações contábeis de UG no exterior.

## **2.5 – DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS**

### **2.5.1 – Auditor CONINCONS – Consulta Inconsistência – Outros**

No exercício de 2004, conforme estabelecido na Portaria STN nº 560, de 27/10/2004, foi especificado até 30.11.2004, em conjunto com a COSIS, o projeto para adequação das pesquisas relativas à conformidade de Órgão Superior na Transação CONINCONS.

De acordo com as regras de especificação de implementação do projeto, no exercício de 2005 foram implantadas as seguintes definições no SIAFI:

- homologação e implantação no SIAFI das Transações ATUPARINC (Atualiza Parâmetros Inconsistência) CONPARINC (Consulta Parâmetros Inconsistência);
- homologação e implantação no SIAFI das consultas por UG, Setorial de Contabilidade, por Órgão Superior e Subordinado;

### **2.5.2 – Auditor CONCONTIR – Consulta Contas a Regularizar**

Com a otimização da conformidade de Órgão Superior, compreendendo a conformidade do órgão, bem como, das entidades supervisionadas foi estabelecida a meta de reformulação das consultas da Transação >CONCONTIR, no período de maio a outubro de 2005, com o propósito de adequar as consultas às novas necessidades dos usuários, tornar mais transparente as equações contábeis e criar novos parâmetros, possibilitando verificar com maior abrangência, precisão e tempestividade as inconsistências que impactarão as informações do Balanço Geral da União.

No decorrer da elaboração do projeto foi identificada pela CCONT a necessidade de outros parâmetros nas equações, como por exemplo, a consulta da existência de saldo no mês “00”, a fim

de permitir a verificação de novos Tipos de inconsistências, tornando inevitável a reformulação desta Transação.

Foram realizados os seguintes procedimentos para elaboração do projeto de reformulação da Transação:

- Diagnóstico da situação atual da Transação e levantamento das necessidades pela gerência responsável (Gerência de Análise Contábil - GEANC) e sugestões das demais gerências (Gerência de Informações Contábeis - GEINC e Gerência de Acompanhamento e Avaliação Contábil - GEAAC) a serem implementadas no SIAFI, de acordo com as propostas a seguir:

- a) verificar a data e o motivo de inclusão, alteração, exclusão e reinclusão, bem como identificar o responsável pelas mesmas;
- b) enviar comunicado automático com texto padrão a todas as UG, quando for criada uma nova equação;
- c) criar equações e inequações, por meio de operadores específicos, incluídos neste projeto (=, >, <, <=, >=, /, +, -, x);
- d) comparar itens nos balanços com o objetivo desta Transação ser utilizada para criação de índice de análise de balanços;
- e) incluir o parâmetro conta-corrente nos termos das equações, a fim de possibilitar a verificação de inconsistências neste nível;
- f) criar mecanismo que permita diferenciar saldos iniciais e os atuais, a fim de permitir a análise de inconsistências na Demonstração de Mutações Patrimoniais – DMPL, no Demonstrativo da Dívida Ativa (BGU) e outras, após o encerramento do exercício;
- g) comparar vários termos nas equações contábeis. Atualmente, o >CONCONTIR só efetua a comparação entre dois termos;
- h) definir valor fixo a um dos termos da equação, a fim de evitar que na verificação de saldos transitórios seja utilizada no segundo termo a conta 39.000.00.00, dando maior transparência às equações;
- i) informar por meio de uma PF, o dia que a UG começou a ter saldo em determinada equação bem como a variação deste saldo até a data atual;
- j) incluir mais espaço para descrição da finalidade da equação;
- k) incluir parâmetro de Sistema de Contas;
- l) incluir um campo com indicativo da data da última atualização, possibilitando verificar a compatibilidade dos saldos do >CONCONTIR com o Balancete;
- m) permitir o retorno da consulta PF12 para a tela detalhada anteriormente no item que foi consultado. O item representa UG, Órgão, Tipo de Administração, etc;
- n) atualizar automaticamente o CONCONTIR, quando ocorrer desvinculação de UG, Órgão, em mês fechado;
- o) alterar on-line as equações;
- p) permitir a numeração automática da seguinte maneira:
  - do número 0001 a 1000 – equações de contas; e
  - a partir do número 1001 a 2000 essas equações serão para código de item.
- q) modificar o texto atual da mensagem encaminhada às UG e suas Setoriais, tornando possível a identificação da UG com inconsistência pela Setorial;
- r) incluir espaço de linhas no parâmetro termo, a fim de permitir inclusão de mais contas contábeis.
  - elaboração das telas e definição das formas de saídas necessárias para a Transação >CONCONTIR, estruturadas com parâmetros que atendam as novas necessidades.
  - revisão e elaboração do projeto final.

### 2.5.3 – Demonstrativo Contábil – Balanço Orçamentário

Em decorrência das demandas efetuadas pelo Tribunal de Contas da União concernente a montagem e elaboração dos demonstrativos contábeis, bem como a necessidade de administração da fórmula do Balanço Orçamentário pelo SIAFI, foi elaborado, no período de novembro/2004 a abril/2005, o projeto com o propósito de aperfeiçoar o processo de consolidação dos balanços, com vista à exclusão de operações internas da entidade contábil considerada, bem como possibilitar que o Órgão Central de Contabilidade administre diretamente a fórmula do Balanço Orçamentário no SIAFI.

No SIAFI a estrutura atual da Transação >CONGERAREL (Consulta Regras de Balanço), responsável pela parametrização dos demonstrativos contábeis, não dispõe de mecanismos que permitam, no processo de consolidação dos balanços, por meio de parâmetros específicos, a exclusão das transações internas entre órgãos e entidades, deixando de evidenciar a real situação orçamentária, financeira e patrimonial das entidades contábeis constantes dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social.

Foram propostos os seguintes procedimentos na definição da regra de consolidação para gerar os Balanços Financeiro e Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, das Disponibilidades por Fonte de Recursos e demais relatórios:

- inclusão, exclusão e alteração dos itens na Transação ATUGERAREL;
- pesquisa de conta contábil em equação e histórico a serem disponibilizados na Transação CONGERAREL;
- definição de Regras de Consolidação que se referem ao nível de impacto das exclusões a serem definidas nos itens de informações das fórmulas dos demonstrativos contábeis.

As possibilidades de Abrangência das Consolidações são:

Por Tipo de Administração;

Por Órgão Superior;

Por Órgão.

No caso do Balanço Orçamentário, por suas características, necessita de parâmetros próprios para sua elaboração, diferentes dos demais balanços. Assim sendo, para a disponibilização do Balanço Orçamentário, por meio das Transações >ATUGERAREL e >CONGERAREL, tipo de balanço 04, foram definidas regras específicas para Equação de Conta, e no caso da consolidação será considerado a Setorial financeira do Órgão, definida como Órgão em Geral, Órgão Recebedor e Órgão Repassador.

No mês de outubro foi iniciada a homologação da implementação das regras definidas no projeto, Transação >ATUGERAREL, para os seguintes produtos: Histórico, Motivo, Código com 13 itens e Reinclusão de itens.

### 2.5.4 – Demonstrativo do Superávit Financeiro

Para atender ao disposto no artigo 118 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei 10.934, de 11/08/2004, que estabelece que *será publicado, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2005, demonstrativo do Superávit Financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2004*, foram realizados os seguintes procedimentos:

- análise e regularização dos desequilíbrios apresentados na disponibilidade por fonte de recursos das unidades gestoras;
- elaborado modelo das tabelas para serem divulgadas junto com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO;
- divulgação das tabelas 18 e 18<sup>a</sup>, juntamente com o RREO, relativo ao 1º bimestre de 2005, divulgado pela Portaria STN nº 245, de 29/03/2005, publicada no DOU nº 60, seção I, de 30/03/05.

#### 2.5.5 – Identificação de Créditos Orçamentários por Origem e Tipo

Para viabilizar a perfeita identificação de créditos orçamentários de origens e tipos, no SIAFI, e corrigir as situações dos indicadores de resultado primário que não estavam apresentando na célula da despesa, com impacto nas informações do Orçamento de 2006, foi elaborado um projeto com as seguintes propostas:

Criação de Contas Contábeis e eventos para registro de informação relativa às Origens do Crédito.

- adaptação dos indicadores de Resultado Primário e Tipo de Crédito;
- alteração do Processo do Arquivo ESB (Fita SOF);
- seleção automática do evento no Processo do Arquivo ESB (Fita SOF);
- inclusão dos indicadores na Transação >CONINDORC;
- alteração do critério de formação do PTRES;
- alteração das Transações >CONPTRES e >ATUPTRES;
- alteração dos documentos NDSOF e NOTA DE BLOQUEIO;
- reset da tabela PTRES a partir de 2006;
- elaboração de Tabela de valores para indicador de Tipo de Crédito e Origem de Crédito;
- elaboração de Tabela de valores para indicador de Resultado Primário.

No decorrer do exercício de 2005, foram realizadas discussões entre a CCONT, COSIS, SOF e SERPRO para consolidar entendimentos sobre as alterações a serem efetuadas por parte da SOF na informação disponibilizada ao Tesouro e seu tratamento no SIAFI. Relativamente ao

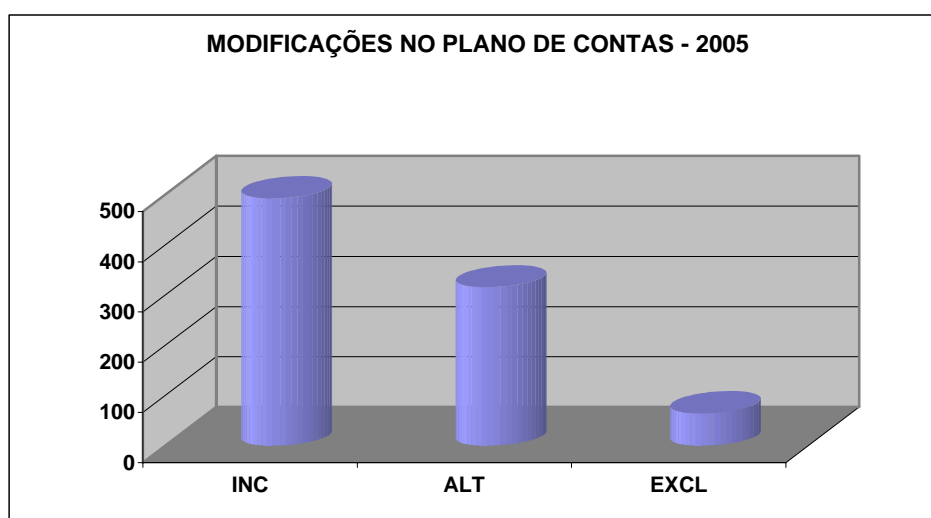
tratamento a ser dado ao indicador de Resultado Primário na célula da despesa, foi mantido contato com a COFIN para obter tais informações.

No final do mês de setembro, foram iniciados os processos de homologação da carga de teste da fita da LOA e PLOA 2006, no SIAFI pré-produção, conforme estabelecido no projeto e alterações posteriores, bem como da Transação CONINDORC e do documento Nota de Dotação. Ainda ocorreram algumas alterações no processo após discussões realizadas com as Setoriais de Contabilidade realizada no período de 16 a 30/11. No mês de dezembro foi contabilizada no SIAFI2006 a PLOA com as novas definições, aguardando, portanto, a aprovação do orçamento para ser encaminhada a fita da LOA de 2006 pela SOF.

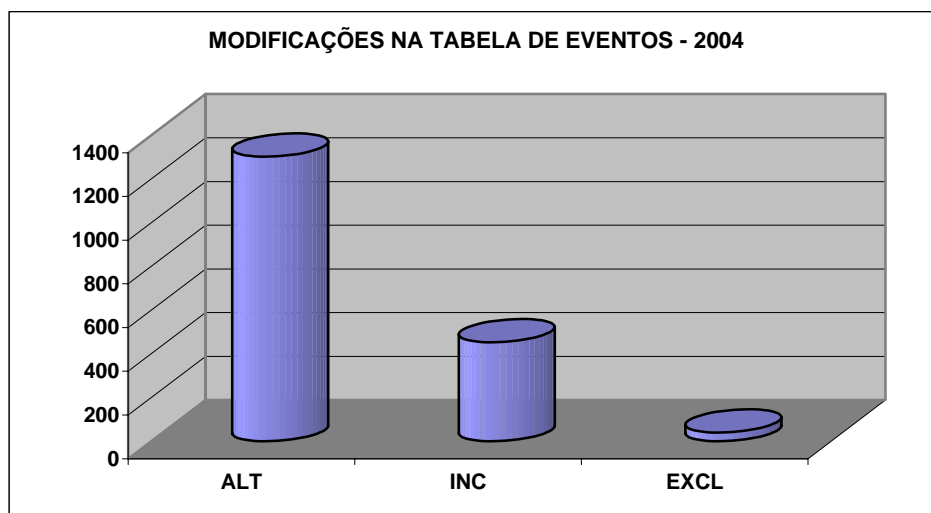
### 3 - MANUTENÇÃO DO PLANO DE CONTAS E DA TABELA DE EVENTOS

No exercício de 2005 foram atualizadas (alteradas, modificadas e ou excluídas) contas e eventos para atender às necessidades das Unidades Gestoras integrantes do Sistema.

A quantidade de modificações, por tipo, realizadas durante o ano estão listados a seguir:



CONTAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Incluídas	045	043	015	008	028	037	047	031	038	014	031	156	<b>493</b>
<b>Alteradas</b>	<b>048</b>	<b>038</b>	014	013	014	021	038	021	019	041	030	019	<b>316</b>
Excluídas	000	028	001	000	005	000	001	000	006	007	000	017	<b>65</b>
<b>Total</b>	<b>093</b>	<b>109</b>	<b>030</b>	<b>021</b>	<b>047</b>	<b>058</b>	<b>086</b>	<b>052</b>	<b>063</b>	<b>062</b>	<b>061</b>	<b>192</b>	<b>874</b>

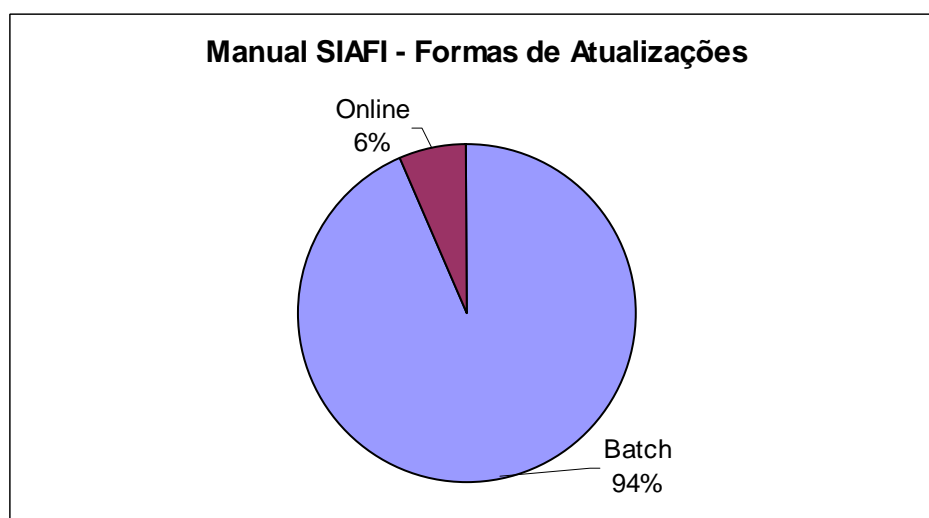


EVENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<b>Alterados</b>	<b>153</b>	<b>063</b>	101	213	139	194	048	131	051	059	042	107	<b>1301</b>
Incluídos	106	024	026	025	052	041	020	024	064	019	027	024	<b>452</b>
Excluídos	19	002	003	003	000	002	004	003	002	000	001	000	<b>39</b>
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>089</b>	<b>130</b>	<b>241</b>	<b>191</b>	<b>237</b>	<b>072</b>	<b>158</b>	<b>117</b>	<b>078</b>	<b>070</b>	<b>131</b>	<b>1792</b>

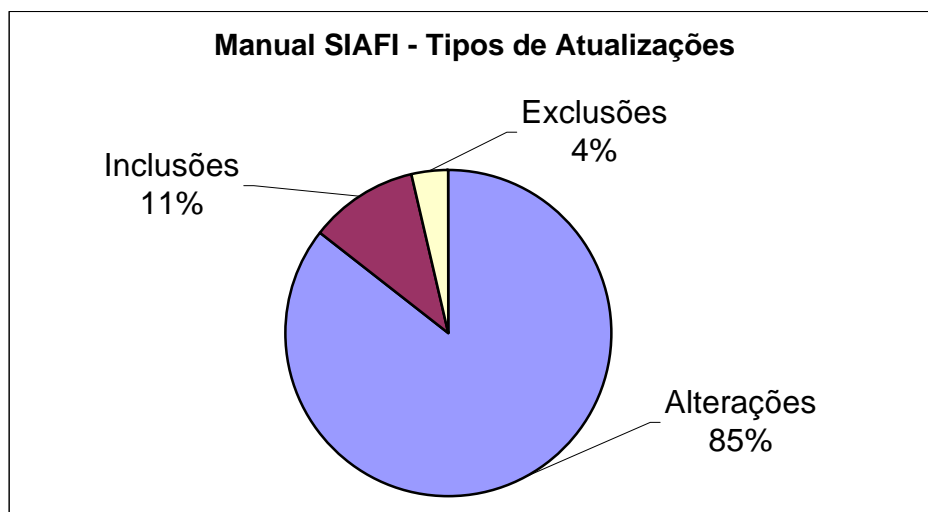
#### 4 - MANUAL SIAFI

A atualização do Manual SIAFI foi contínua no exercício, o que permitiu ao usuário acesso às novas legislações, bem como às formas de utilização das transações e às rotinas contábeis.

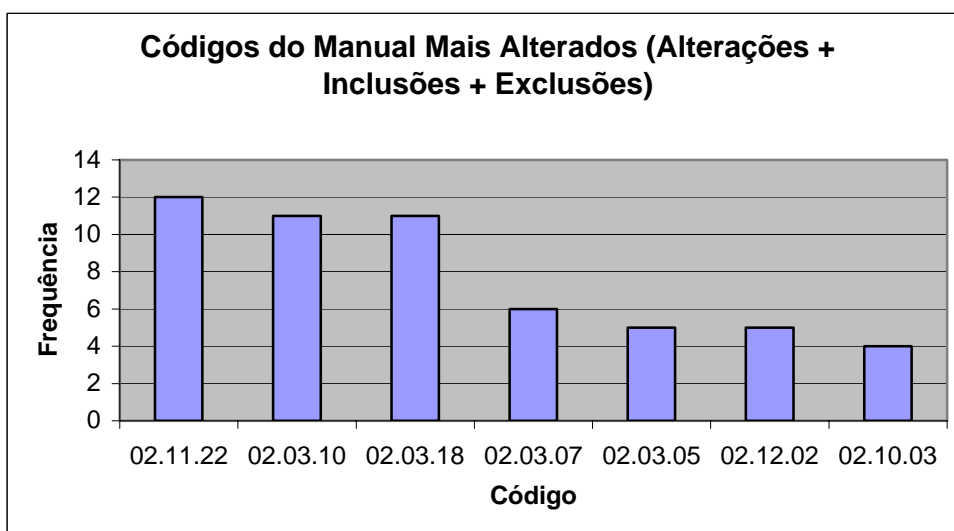
A atualização do Manual SIAFI se processa com registro das alterações, inclusões e exclusões dos CAPÍTULOS/SEÇÕES/ASSUNTOS, que se realizam na forma *on line* e/ou *batch*.



FORMAS	MESES												TOTAL	%
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
<b>Batch</b>	10	17	14	8	4	15	13	43	15	11	14	11	175	<b>93,58</b>
<b>Online</b>	0	0	0	0	0	1	1	1	3	1	3	2	12	<b>6,42</b>
<b>TOTAL</b>	10	17	14	8	4	16	14	44	18	12	17	13	187	<b>100,00</b>



TIPOS	MESES												TOTAL	%
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
<b>Alterações</b>	10	13	14	7	3	12	13	39	16	6	17	11	161	<b>85,64</b>
<b>Inclusões</b>	0	5	0	1	1	0	1	4	2	4	0	2	20	<b>10,64</b>
<b>Exclusões</b>	0	0	0	0	0	4	0	1	0	2	0	0	7	<b>3,72</b>
<b>TOTAL</b>	10	18	14	8	4	16	14	44	18	12	17	13	188	<b>100,00</b>



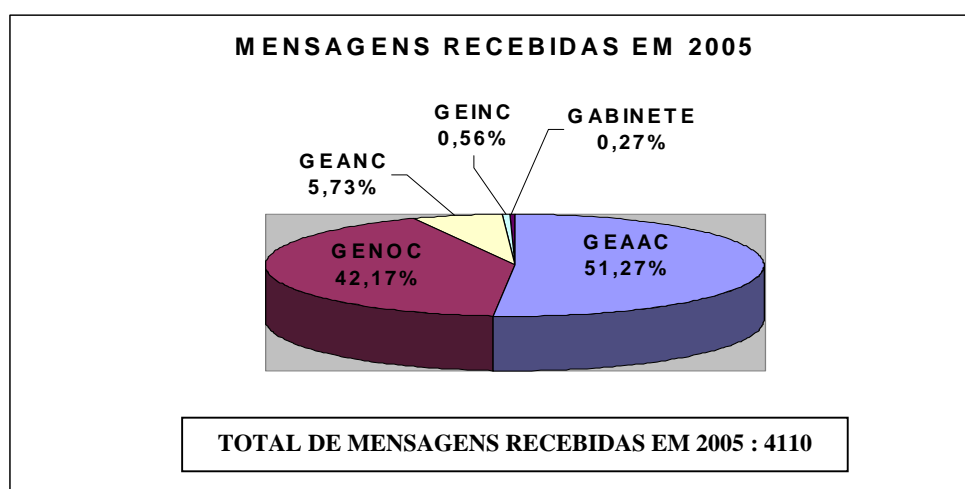
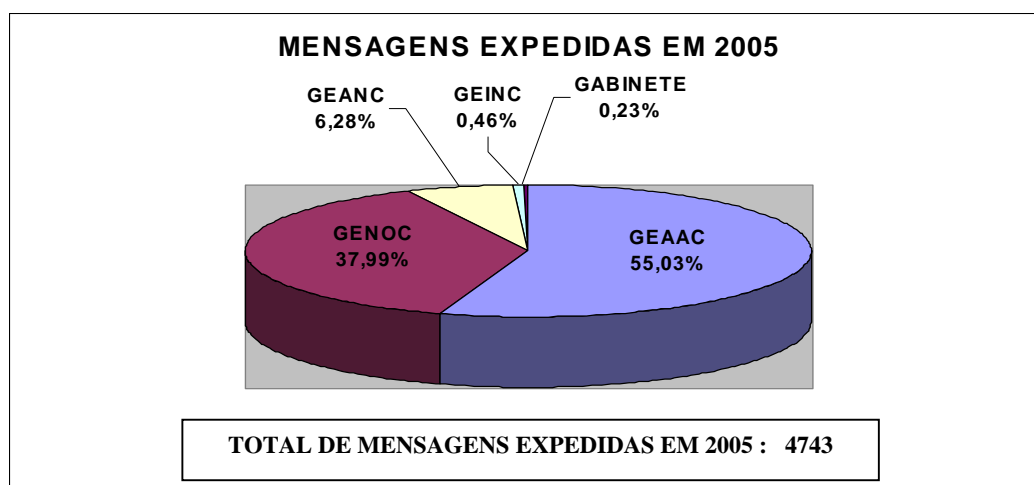
Ainda, em 2005, com vista à implementação do Manual SIAFI em uma nova plataforma (ambiente WEB – Internet/ Intranet), foram homologadas as operações de gestão, atualização e consulta do Manual SIAFI.

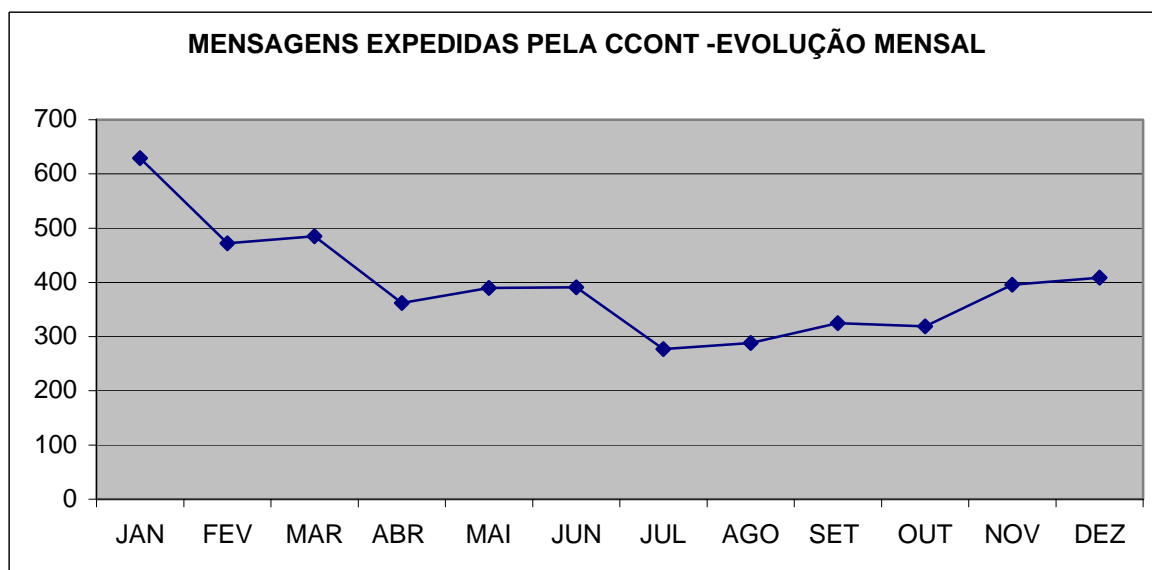
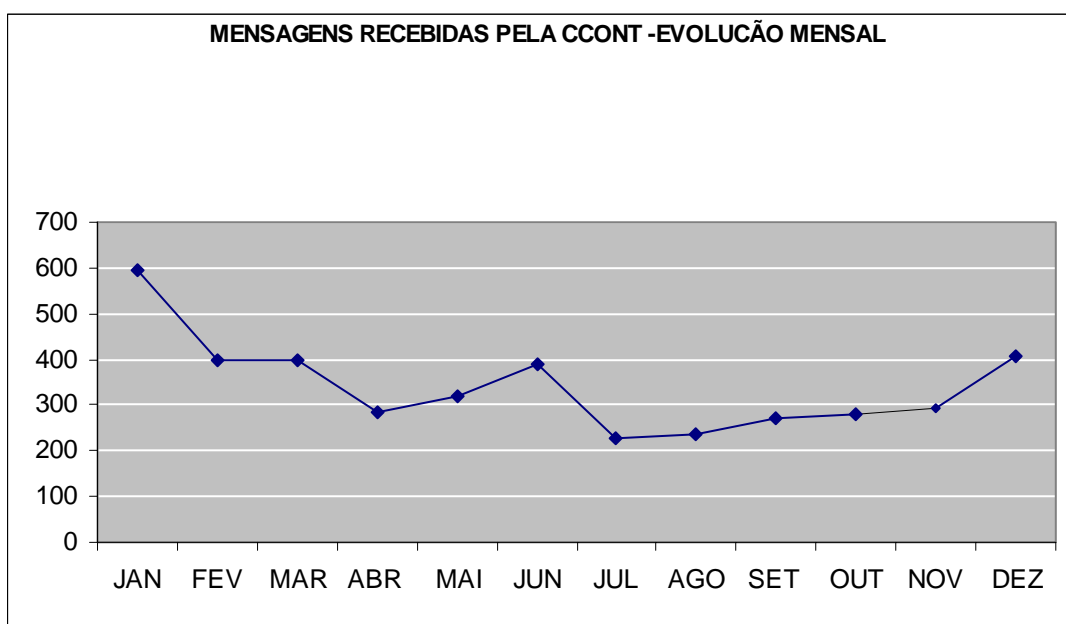
## 5 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO

### 5.1 - ORIENTAÇÃO TÉCNICO-CONTÁBIL

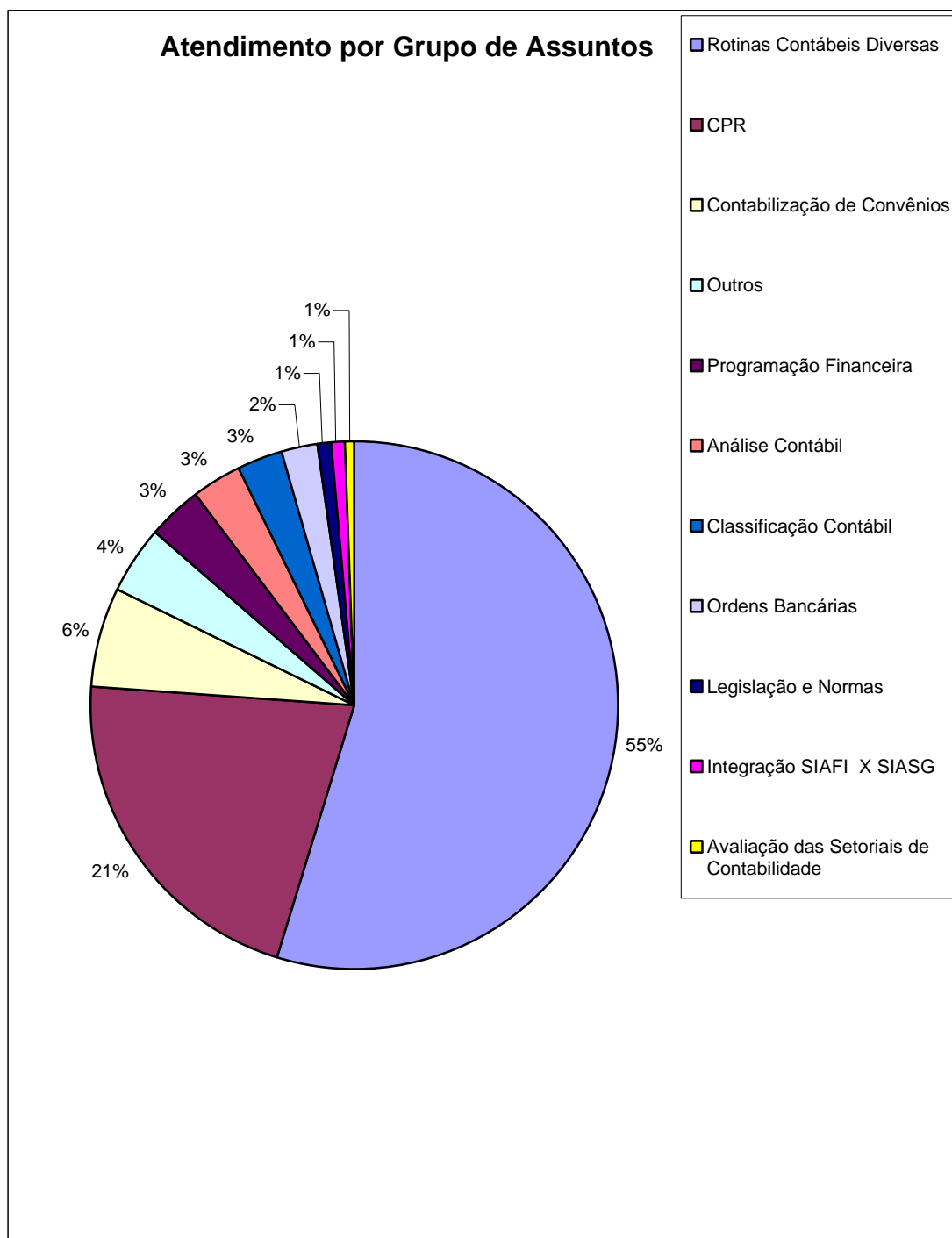
Com o objetivo de manter e aprimorar o atendimento e a orientação técnico-contábil aos diversos usuários do SIAFI foram desenvolvidas em 2005, ações de acompanhamento, controle e consolidação da execução por meio de 4743 (quatro mil setecentos e quarenta e três) mensagens expedidas via COMUNICA-SIAFI pelas gerências e, ainda, foram respondidas 4110 (quatro mil cento e dez) consultas das Unidades Gestoras através destas mensagens.

A representação gráfica das mensagens expedidas e recebidas por Gerência encontra-se a seguir:

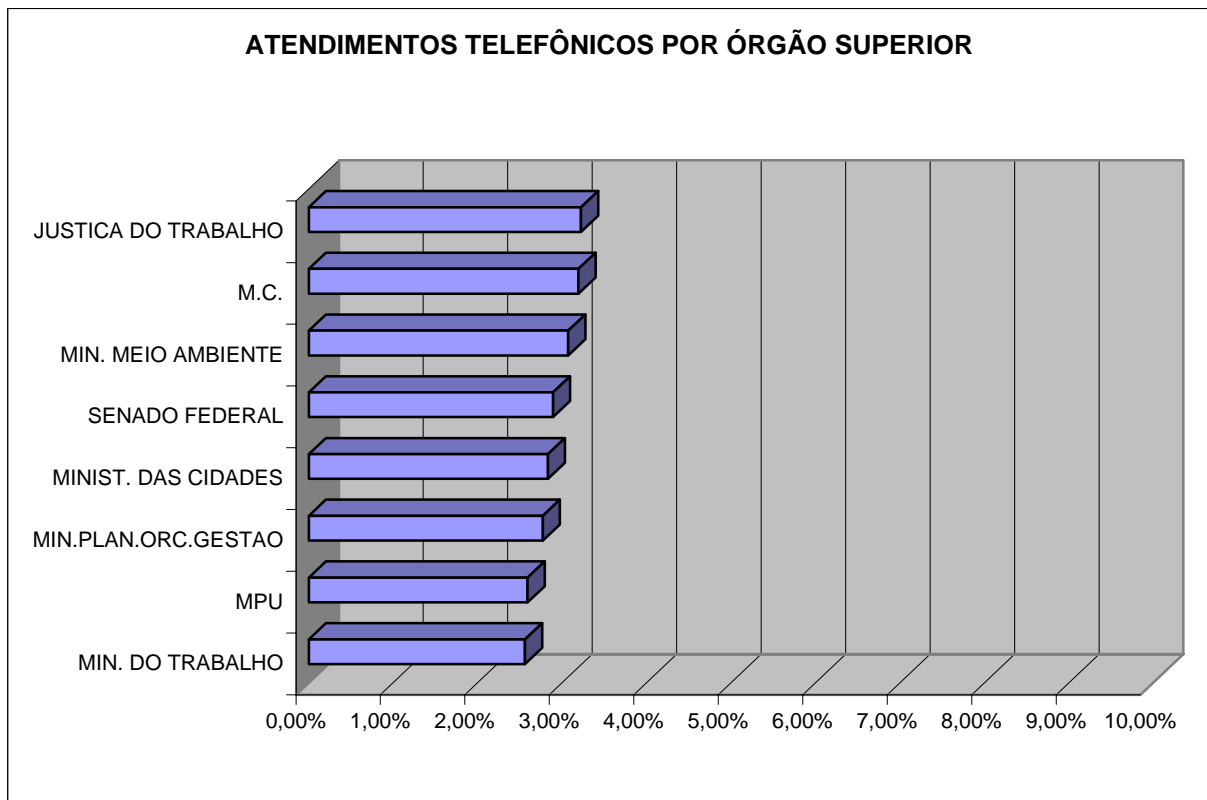
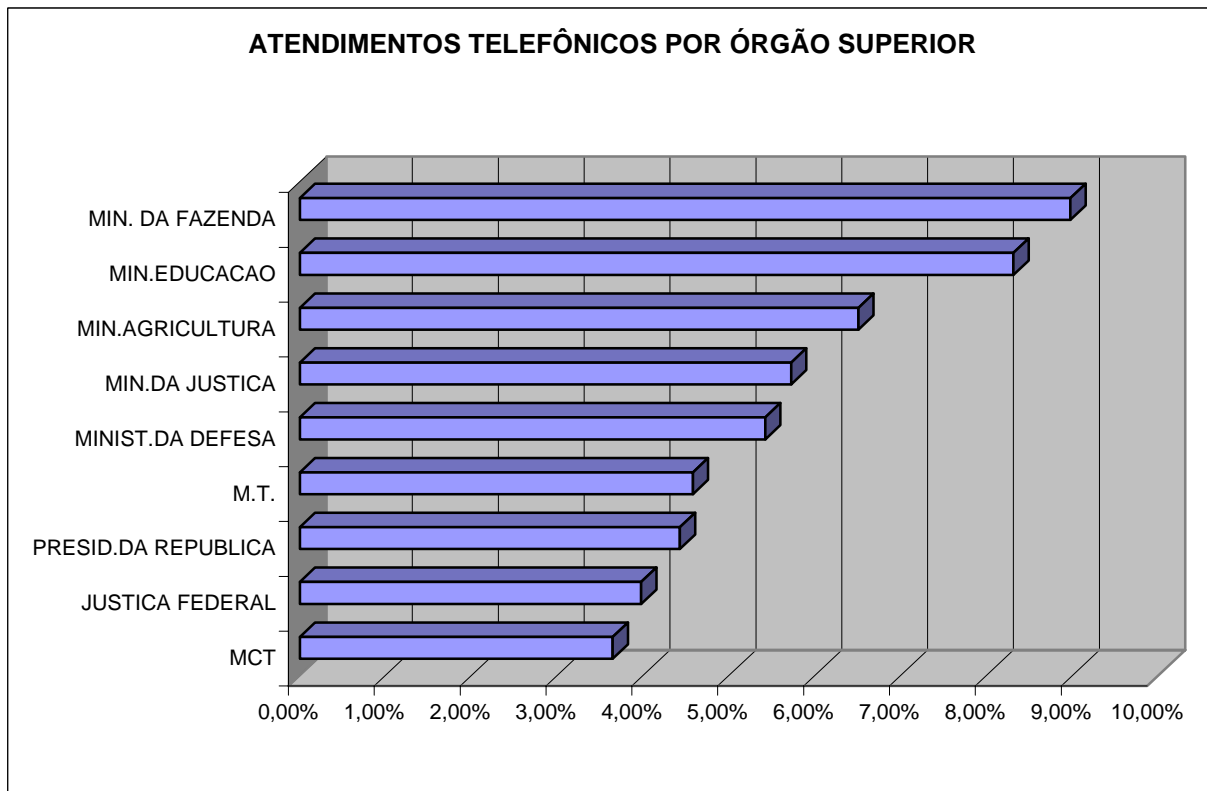


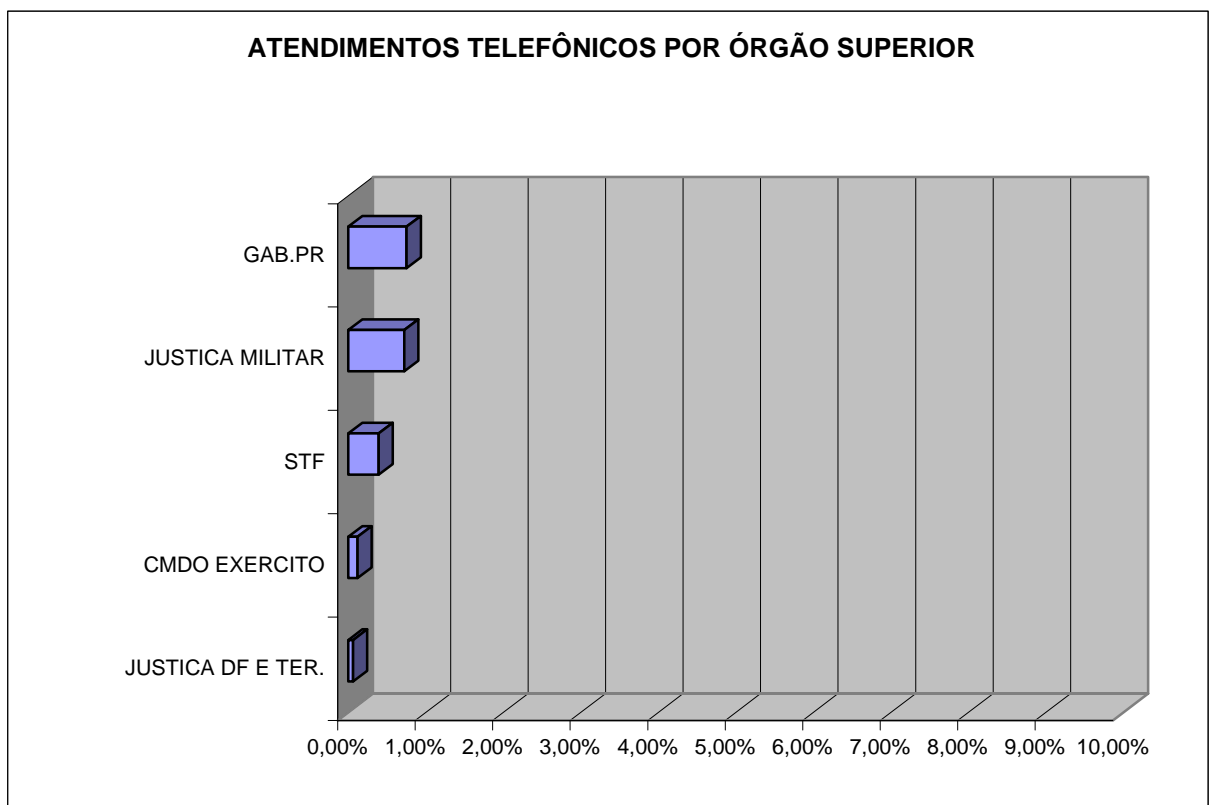
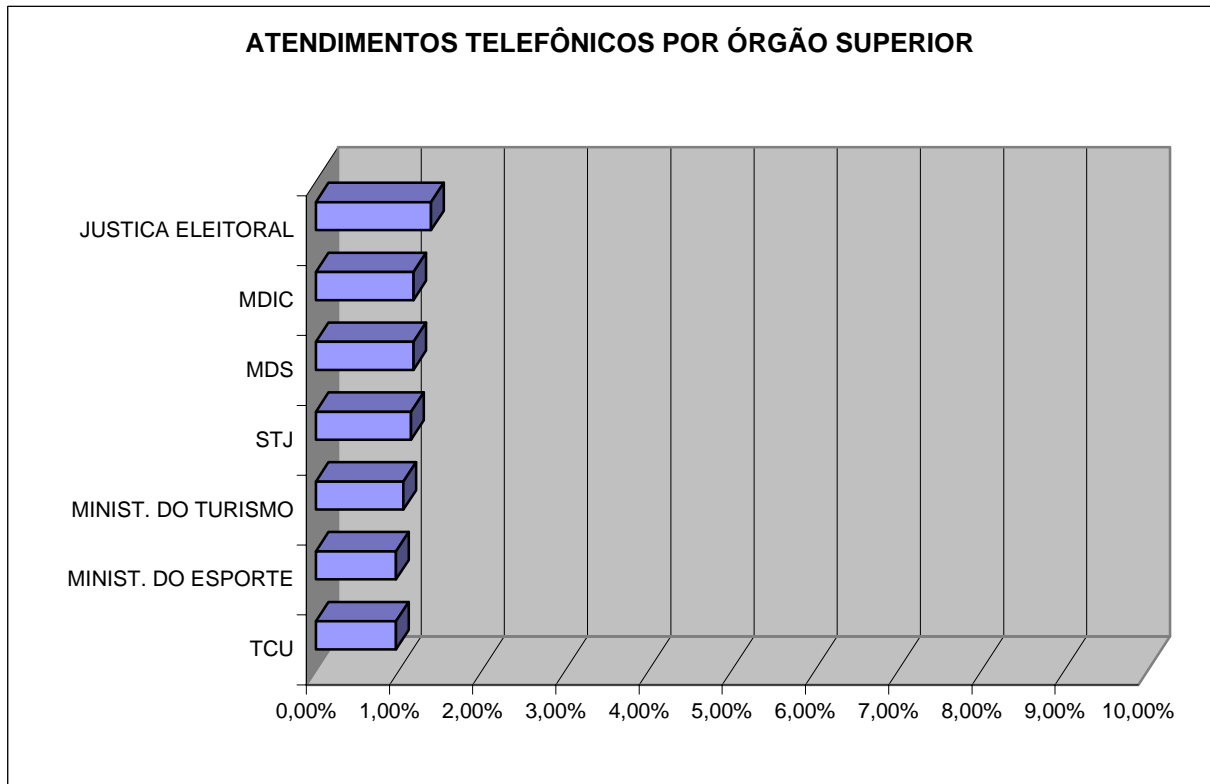


Ainda durante o exercício de 2005, foram prestadas, por telefone, e-mail e visitas de servidores usuários do sistema à Coordenação, 3321 (três mil trezentos e vinte uma) orientações técnicas aos usuários do SIAFI, sobre os procedimentos e as rotinas contábeis relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial, capacitando-os para que, ao utilizar os meios adequados, contas e eventos, registrassem adequadamente os fenômenos contábeis da administração pública. Visualiza-se no gráfico a seguir a porcentagem desses atendimentos por grupo de assunto.

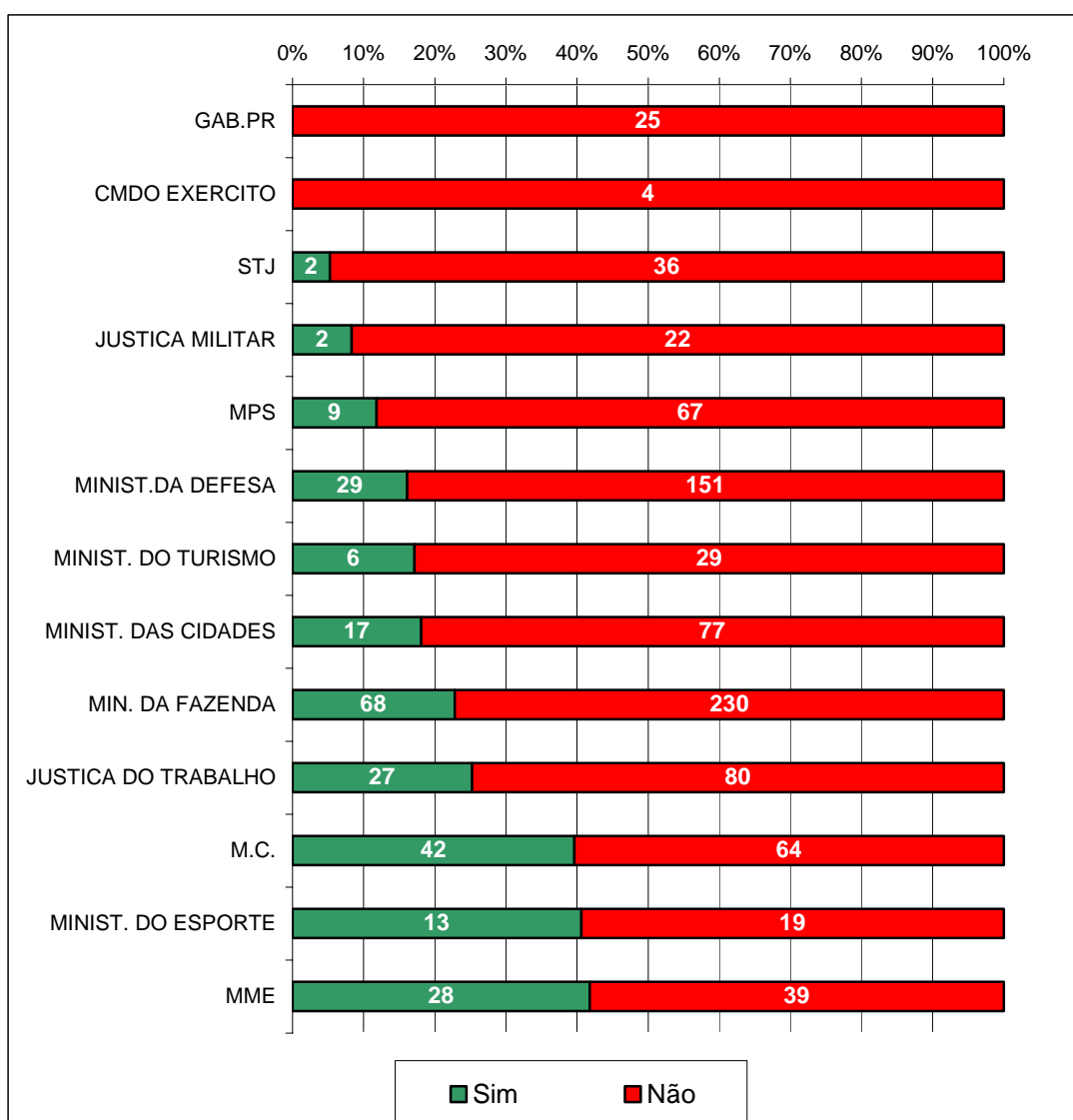


De forma a identificar a origem das demandas de atendimentos, foi feito o agrupamento de UGs por órgão superior. Nos próximos gráficos pode-se observar a porcentagem de atendimentos realizados via e-mail, telefone e visitas a esta Coordenação-Geral consolidadas por Órgão Superior.

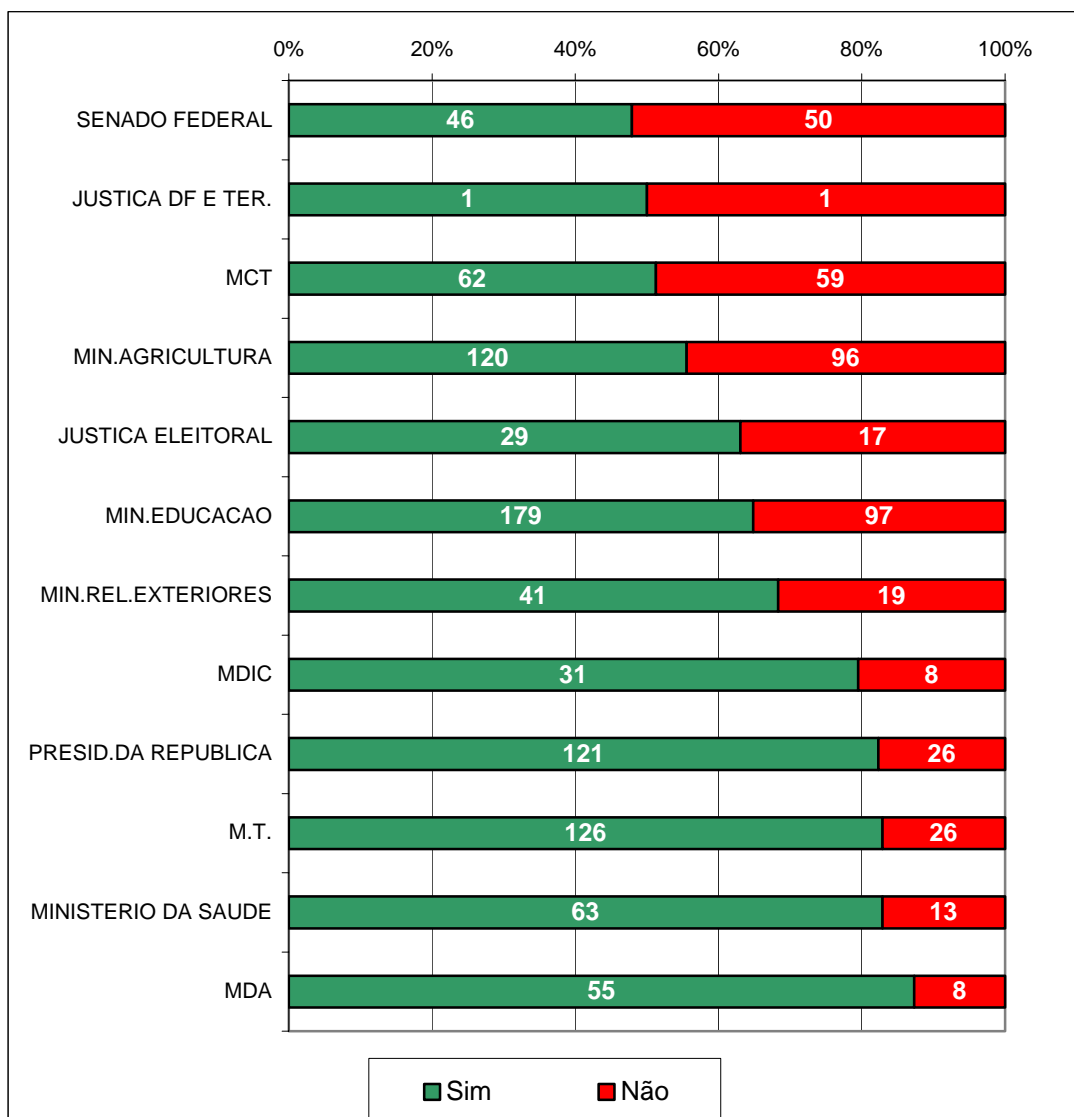




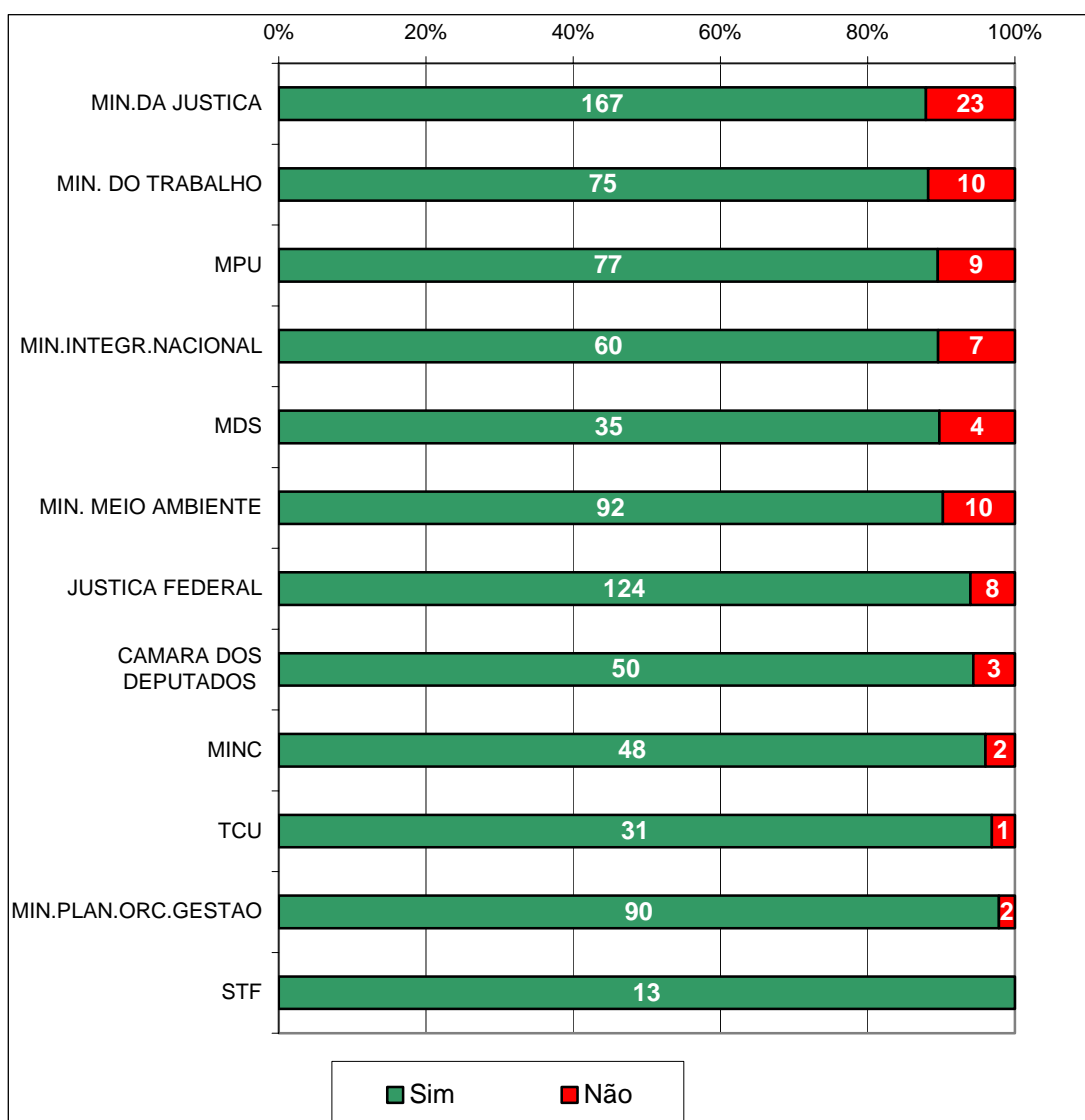
De acordo com o decreto 3589/2000 a CCONT/STN deve prestar assistência, orientação e apoio técnico aos órgãos setoriais de contabilidade, e esses, por sua vez, devem proceder da mesma maneira em relação aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais a mesma responda. O que se nota, porém, é que grande parte dos atendimentos realizados por esse órgão central de contabilidade provém diretamente de UGs que, em princípio, deveriam recorrer às suas respectivas setoriais contábeis, como pode ser constatado pelos gráficos a seguir:



Porcentagem das UGs dentro dos Órgãos Superiores que, embora não sejam Setoriais Contábeis, buscam orientação junto ao Órgão Central de Contabilidade, essas ligações se encontram representadas em **vermelho** no gráfico (em contrapartida com as ligações das setoriais, assinaladas em **verde**).



Porcentagem das UGs dentro dos Órgão Superiores que, embora não sejam Setoriais Contábeis, buscam orientação junto ao Órgão Central de Contabilidade, essas ligações se encontram representadas em **vermelho** no gráfico (em contrapartida com as ligações das setoriais, assinaladas em **verde**).



Porcentagem das UGs dentro dos Órgãos Superiores que, embora não sejam Setoriais Contábeis, buscam orientação junto ao Órgão Central de Contabilidade, essas ligações se encontram representadas em **vermelho** no gráfico (em contrapartida com as ligações das setoriais, assinaladas em **verde**).

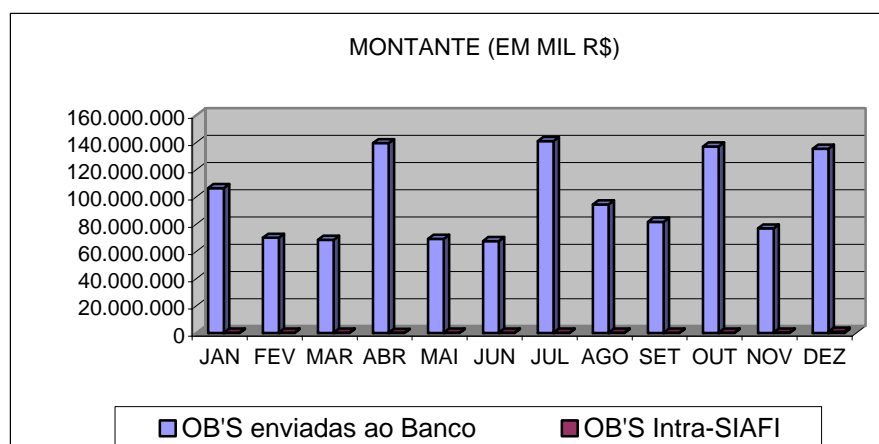
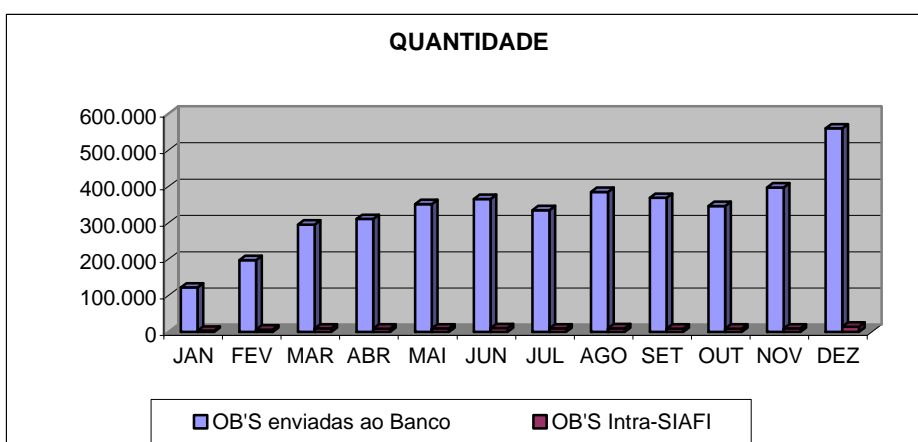
## 5.2 - CONCILIAÇÃO AUTOMÁTICA DA CONTA ÚNICA. (ESTATÍSTICA)

Durante o exercício de 2005 a movimentação da Conta Única esteve representada pelos números que redundaram nos quadros e gráficos a seguir:

**MOVIMENTO DA CONTA ÚNICA - EMISSÃO DE OB**  
**CONSOLIDADO - JAN A DEZ/2005**

Meses	OB's enviadas ao banco		OB's Intra-SIAFI		TOTAL	
	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade
JAN	106.399.576	122.666	306.651	3.587	106.706.227	126.253
FEV	70.121.540	197.924	323.895	6.703	70.445.435	204.627
MAR	68.665.622	295.530	325.874	9.923	68.991.496	305.453
ABR	139.490.329	310.824	300.271	9.388	139.790.600	320.212
MAI	69.222.803	351.807	434.236	9.644	69.657.039	361.451
JUN	67.645.969	366.211	451.372	10.666	68.097.341	376.877
JUL	141.042.393	335.287	351.858	9.857	141.394.251	345.144
AGO	94.447.403	385.595	437.977	10.070	94.885.380	395.665
SET	81.748.409	369.227	412.991	9.360	82.161.400	378.587
OUT	137.014.028	346.828	348.839	9.437	137.362.867	356.265
NOV	76.974.437	397.562	473.309	9.900	77.447.746	407.462
DEZ	135.318.665	560.394	1.168.230	14.810	136.486.895	575.204
<b>Total</b>	<b>1.188.091.174</b>	<b>4.039.855</b>	<b>5.335.503</b>	<b>113.345</b>	<b>1.193.426.677</b>	<b>4.153.200</b>

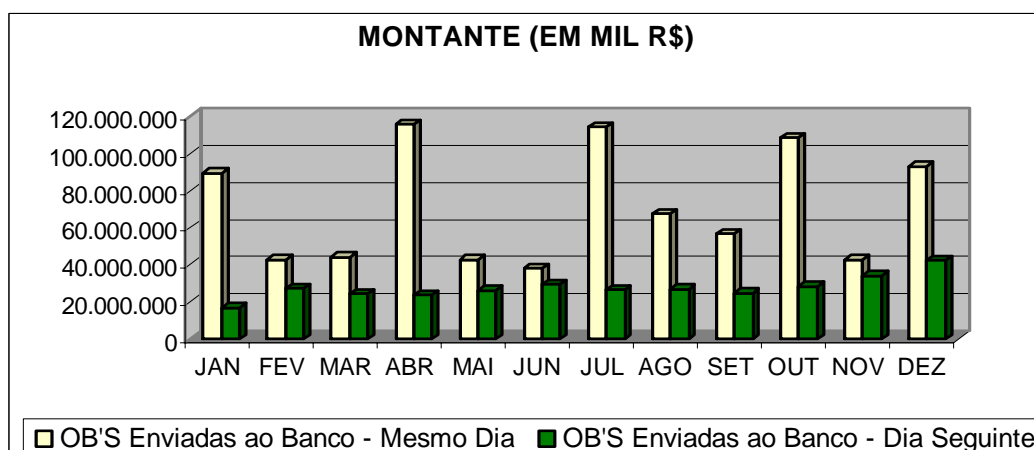
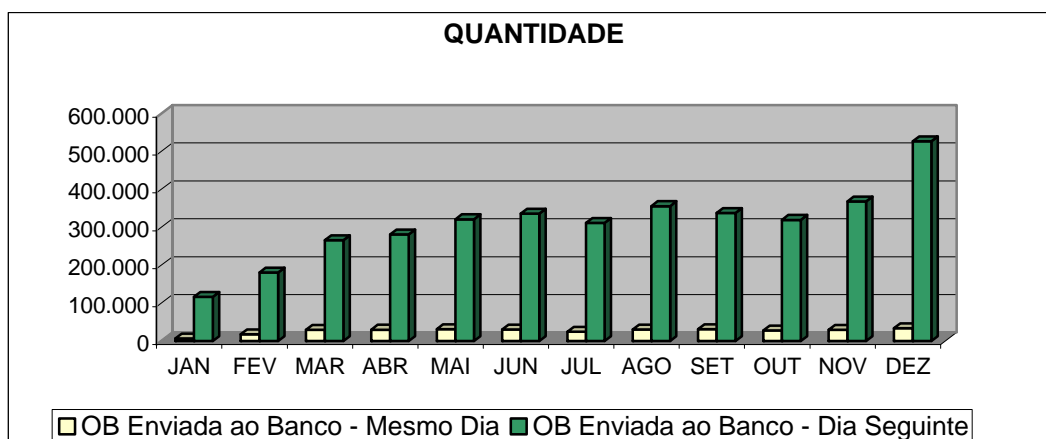
FONTE: SIAFI/2005



**MOVIMENTO DA CONTA ÚNICA - EMISSÃO DE OB  
SAQUE NO DIA E NO DIA SEGUINTE  
CONSOLIDADO: JAN A DEZ - 2005**

MÊS	OB Enviadas ao Banco - Mesmo Dia -		OB Enviadas ao Banco - Dia Seguinte -		TOTAL	
	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade	em milhares de R\$	Quantidade
JAN	89.423.882	6.770	16.975.694	115.896	106.399.576	122.666
FEV	42.922.729	17.775	27.198.810	180.149	70.121.539	197.924
MAR	44.240.789	29.398	24.424.833	266.132	68.665.622	295.530
ABR	115.650.772	29.652	23.839.557	281.172	139.490.329	310.824
MAI	42.884.498	30.694	26.338.306	321.113	69.222.804	351.807
JUN	38.082.798	30.460	29.563.171	335.752	67.645.969	366.212
JUL	114.362.031	23.976	26.680.362	311.311	141.042.393	335.287
AGO	67.513.039	29.802	26.934.364	355.793	94.447.403	385.595
SET	56.743.613	31.251	25.004.796	337.976	81.748.409	369.227
OUT	108.611.496	27.434	28.402.532	319.394	137.014.028	346.828
NOV	42.853.864	29.614	34.120.573	367.948	76.974.437	397.562
DEZ	92.945.369	33.439	42.373.296	527.133	135.318.665	560.572
<b>Total</b>	<b>856.234.880</b>	<b>320.265</b>	<b>331.856.294</b>	<b>3.719.769</b>	<b>1.188.091.174</b>	<b>4.040.034</b>

FONTE: SIAFI/2005



### **5.3 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO**

A CCONT acompanhou, diariamente, a compatibilização entre as autorizações orçamentárias emanadas em Leis, Medidas Provisórias e Decretos e os respectivos registros contabilizados no SIAFI, especificando em planilhas próprias de acompanhamento dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Unidade Orçamentária, Órgão e por Tipo de Crédito, identificando, também, em planilhas específicas, as autorizações publicadas no último quadrimestre do exercício, relativas a créditos especiais e extraordinários, passíveis de reabertura, no limite de seus saldos, no exercício seguinte.

Paralelo a este trabalho foi promovido o acompanhamento da meta de controle orçamentário definida nas Portarias STN nº 310 e nº 719, de 29/04/2005 e de 31/10/2005, respectivamente, onde se estipulou às Coordenações-Gerais dos ministérios civis o acompanhamento dos créditos adicionais do órgão, para fins de avaliação institucional das mesmas.

### **6 - BALANÇO GERAL DA UNIÃO**

A CCONT elaborou e disponibilizou os Volumes II e III do Balanço Geral da União, referente ao exercício de 2004, juntamente com o Relatório de Análise Contábil - Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e as Notas Explicativas que constituíram parte do Volume I - Relatório, que agregado aos Volumes II, III e IV, compuseram a Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, elaborada e coordenada pela Secretaria Federal de Controle Interno, nos termos do inciso VIII do artigo 11 do Decreto n.º 3.591, de 06/09/2000.

Em complemento a essa tarefa, a CCONT participou da produção dos Volumes II e III em mídia CD-ROM.

Essa Coordenação-Geral esteve responsável pela compatibilização, monitoramento e validação da base de dados orçamentário e contábil, do conjunto de informações que compuseram a Prestação de Contas referenciada. Juntamente com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo Volume IV do BGU, a CCONT, sob a coordenação da Secretaria Federal de Controle Interno, atuou na edição completa do Balanço Geral da União do exercício 2004 em CD-ROM, numa tiragem de 500 CDs, com a distribuição aos usuários do SIAFI e demais interessados.

Também foi disponibilizado o BGU na Internet, em parceria com o SERPRO e a SFC. Este processo foi estruturado em etapas definidas de conferências e adequações em várias versões, sendo que sua disponibilização, em forma consistente, ocorreu no mês de julho de 2005.

Foram promovidos levantamentos e adequações, tais como evoluções no SIAFI com vistas a atender às recomendações e sugestões constantes do Relatório Prévio das Contas do Governo Federal relativo ao exercício de 2004, elaborado pelo Tribunal de Contas da União. Uma das principais adequações para o BGU/2005 foi decorrente de recomendação do TCU constante no referido Relatório Prévio com a finalidade de apresentar as informações dos Fundos de acordo com a recomendação daquele Tribunal. Para tanto, foi criado para o BGU/2005 o Volume V – Balanços dos Fundos.

Em 2005, foram também disponibilizadas, em excel, as planilhas relativas aos demonstrativos dos Volumes II e III do BGU – 2004, inclusive ao Tribunal de Contas da União – TCU, com vistas a permitir aos interessados maior agilidade na análise das informações.

Foram analisadas as prévias dos Balanços e demais Relatórios que compõem o Balanço Geral da União de 2005, com vistas à compatibilização dos números apresentados com o SIAFI.

Foram implementadas melhorias nas seguintes Transações do SIAFI: BALANCETE, BALANSINT, CONDMPL, BALANORC, CONOR, CONORC e CONSULTORC com vistas à adequação dessas à nova forma de consolidação dos Fundos, que se reestruturou em Consolidado dos Fundos, dos Fundos da Administração Direta e dos Fundos da Administração Indireta, possibilitando disponibilização mais adequada das informações, atendendo às demandas dos órgãos de controle interno e externo da administração federal e dos demais usuários das informações contábeis.

## **7 - AÇÕES DA CCONT NO CUMPRIMENTO, PELA STN, DA ATRIBUIÇÃO DE ÓRGÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO**

### **7.1 - PORTARIAS PUBLICADAS**

Dando prosseguimento ao processo de harmonização conceitual nas regras e procedimentos contábeis nas três esferas de governo, em 2005, foram publicadas as seguintes Portarias:

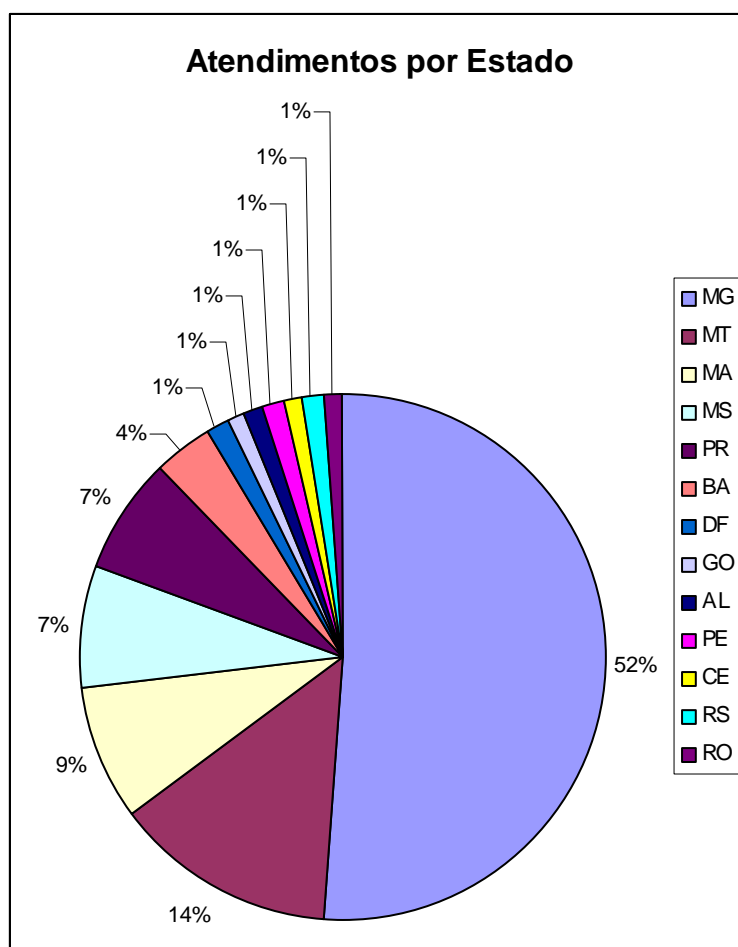
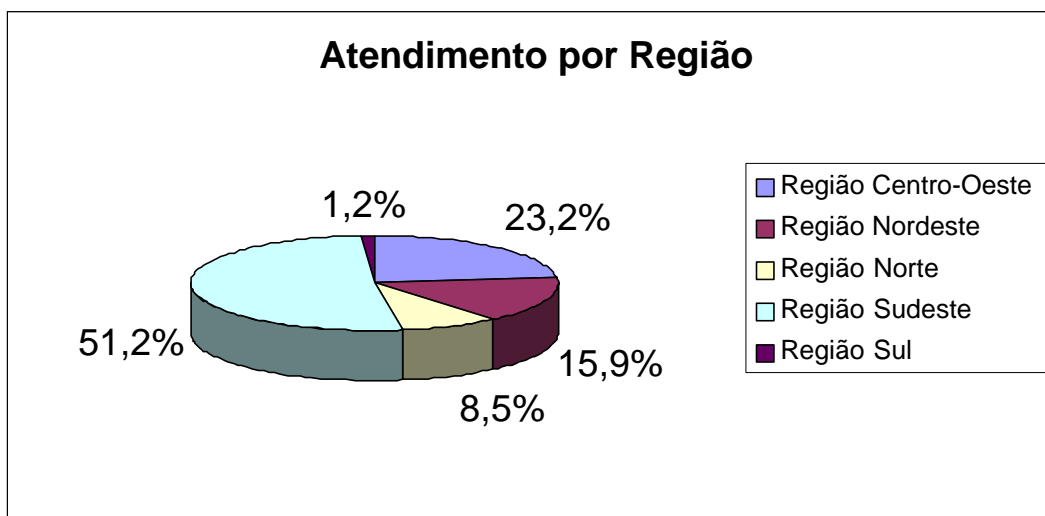
- Portaria STN de nº 303, de 28/04/2005 que aprova a 2ª edição do Manual de Receitas Públicas, alterada pela Portaria STN/SOF nº 688, de 14/10/2005, com objetivo de estabelecer uma harmonização de conceitos, regras e procedimentos relativos às receitas públicas;
- Portarias STN de nºs 586 e 587, de 29/08/2005, que instituíram a 5ª edição dos Manuais de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal e Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, respectivamente, estabelecendo as regras de padronização a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração dos referidos relatórios para o exercício de 2006 e definindo orientações metodológicas consoante os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. As referidas Portarias revogaram, respectivamente, as de nºs 470 e 471, de 31/08/2004, que instituíram a 4ª edição dos referidos Manuais que orientaram a elaboração dos Relatórios no exercício de 2005;
- Portaria STN nº 860, de 12/12/2005, que trata da contabilização dos consórcios públicos.

### **7.2 - ASSESSORIA TÉCNICA A ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Em atendimento ao art. 64 da LRF, esta Coordenação-Geral vem prestando assistência técnica aos governos estaduais e municipais relativa aos procedimentos e registros contábeis especialmente com ênfase quanto à aplicação das portarias publicadas e, especialmente, quanto às dúvidas na elaboração e preenchimento dos demonstrativos definidos pelas portarias STN nº 516 e 517, de 14/10/2002, respectivamente, RGF e RREO.

A assessoria técnica foi prestada por meio de 238 (duzentos e trinta e oito) notas técnicas elaboradas e emitidas pelo órgão central de contabilidade, contendo orientações diversas a estados e municípios relativas à LRF e, ainda, cerca de 500 (quinhentas) consultas telefônicas a esta Coordenação.

Uma vez consolidados os atendimentos telefônicos por região geográfica e por estados, pode-se obter os seguintes gráficos:



### **7.3 – AVALIAÇÃO DAS SETORIAIS DE CONTABILIDADE**

Com o objetivo de atender a Portaria STN nº 564, de 27/10/2004, que trata do Manual de procedimentos da Dívida Ativa que institui regras e procedimentos contábeis com vistas à harmonização dos registros referentes à Dívida Ativa, em função dos conceitos a serem observados pelas entidades governamentais, a CCONT, além de enviar COMUNICA às Unidades Gestoras para que providenciem obrigatoriamente o registro e atualização da Dívida Ativa no SIAFI, procedeu à criação de códigos específicos para registro da conformidade contábil da Dívida Ativa, buscando garantir a qualidade das informações contábeis da União.

057 - FALTA ATUALIZ. DIREITO X RECEITA DIVIDA ATIVA

058 - FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - CP

059 - FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - LP

060 - FALTA ATUALIZ. CORRECAO MONET. DIVIDA ATIVA

061 - FALTA ATUALIZ. JUROS E MULTAS DIVIDA ATIVA

062 - FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA CP

### **7.4 – FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO**

Após a conclusão do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), incumbido de realizar estudos e elaborar propostas com vistas à definição de normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, foi publicada a Portaria Interministerial MF/MI nº 1-C, em 15/01/2005.

De acordo com o disposto no artigo 2º da citada Portaria que determina a obrigatoriedade de registro no SIAFI da execução orçamentária, financeira e patrimonial, na modalidade total, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, dos Poderes da União, para os Fundos Constitucionais de Financiamento, foram criados no SIAFI os Órgãos 53901 (FNO), 53902 (FCO) e 53903 (FNE) para execução no SIAFI a partir de outubro de 2005.

Relativamente à Portaria Interministerial, no mês de outubro, foram retomadas discussões para revisão de alguns artigos sugeridos pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, Banco da Amazônia S.A. – BASA, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e o Banco do Brasil S.A., o que levou a elaboração de minuta de Portaria que substituirá a atual, finalizando as discussões em 02/12.

### **8 - CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL**

A STN como Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal vem realizando, em conjunto com os demais entes e as entidades técnicas representativas da sociedade, a harmonização dos conceitos, definições, regras e procedimentos contábeis a serem observados por todas as esferas de governo.

Dessa forma, a Coordenação-Geral de Contabilidade capacitou servidores de outros entes e também da Administração Pública Federal, nos seguintes eventos:

- III Seminário da Associação dos Contabilistas Públicos Municipais do Rio Grande do Sul - ACOPERGS, Porto Alegre/RS, nos dias 30 e 31/03/2005;
- Curso sobre Classificação de Despesa em Boa Vista/RR, no dia 1/07/2005;
- IV Seminário da Associação dos Contabilistas Municipais do Estado do Rio Grande do Sul, ACOPERGS, em São Sepé/RS, no dia 22/09/2005;
- Curso de SIAFI GERENCIAL, na Marinha do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, no período de 03 a 05/10/2005;
- XV Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais Brasileiras - FONDCF, em Maceió/AL, no dia 23/11/2005;
- Treinamento de SIAFI GERENCIAL, no IBGE, Rio de Janeiro/RJ, no período de 21 a 25 de novembro de 2005.

## **9 - INFORMAÇÕES GERENCIAIS**

Em 2005, foram elaborados, divulgados e publicados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, com informações da União, periodicidade bimestre móvel e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, consolidado da União, referente ao exercício de 2004, e do Poder Executivo, referente aos quadrimestres, 3º de 2004, 1º e 2º de 2005.

Elaborado, mensalmente, o RREO previsto no artigo 165 da Constituição Federal, relativo ao bimestre anterior, com publicação no Diário Oficial da União ao final de cada mês, foi também disponibilizado no “site” do Tesouro. Além dessas informações orçamentárias foram produzidos e divulgados na internet relatórios complementares de interesse específico, tais como, Demonstrativos de Execução de Receitas Tributária, Contribuições e Patrimonial e Demonstrativos das Despesas com Irrigação, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, dentre outros.

Destacam-se, também, os inúmeros levantamentos efetuados por esta Coordenação, por solicitação de usuários de outras instituições com objetivo de atender demandas dos gabinetes de parlamentares, pesquisadores, representantes do IPEA e técnicos do TCU e IBGE, inclusive fornecendo a essa fundação, informações relativas às receitas e despesas orçamentárias da União a fim de compor o Anuário Estatístico do Brasil, Edição de 2004.

Em atendimento ao art. 51 da LRF foram elaborados e divulgados, no mês de junho/2005, os dados Consolidados das Contas Públicas Nacionais, abrangendo balanços e demonstrativos orçamentários da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Algumas dessas informações e outros demonstrativos de interesse do público interno foram disponibilizados, mensalmente, na rede Intranet do Tesouro.

## **10 - TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

No início do exercício de 2005 foram validadas as informações referentes às tomadas e prestações de contas das unidades gestoras referentes ao exercício de 2004. Quanto a 2005, foram cumpridas as metas de acompanhamento periódico dos dados produzidos pelas unidades, com vistas a promover os ajustes necessários ao longo do exercício, otimizando, com isso, os trabalhos de

consolidação realizados ao final do exercício, mediante conferência das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª prévias das Tomadas e Prestações de Contas referentes aos meses de setembro a dezembro de 2005.

Objetivando operacionalizar o cumprimento da Decisão Normativa nº 71, do TCU, de 07/12/2005, que dispõe sobre procedimentos a serem observados na organização e na apresentação da tomada de contas de forma consolidada, e da Norma de Execução nº 1 de 05/01/2006, publicada no diário Oficial da União no dia 09/01/2006, da CGU, que orienta os gestores dos órgão e entidades da Administração Pública sujeitas ao Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Federal, no que diz respeito à formalização dos processos de Tomada e Prestação de Contas anual referentes ao exercício de 2005; a CCONT definiu, no SIAFI, novos órgãos denominados consolidadores, o que possibilitará a agregação de unidades gestoras próprias, pré-definidas pelos órgãos de controle e pela SFC/CGU e que terão suas contas apresentadas de forma consolidada.

## 11 - ACOMPANHAMENTO DOS TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Durante o exercício, foi feito o acompanhamento dos movimentos de emissão de DARF's registrados por instituições signatárias de Termos de Cooperação com a STN, no sentido de constatar o cumprimento da cláusula que estabelece o recolhimento dos tributos federais por meio da Conta Única, com o encaminhamento das providências necessárias à gestão desse assunto.

Na tabela a seguir é apresentado um quadro-resumo do cumprimento do Termo de Cooperação Técnica para emissão de documentos de arrecadação de tributos federais – DARF pelas empresas de telecomunicações, energia elétrica, saneamento e outras. O quadro demonstra, mensalmente, a relação percentual entre o montante recolhido através da Conta Única do Tesouro Nacional (dados fornecidos pelo SIAFI Gerencial) e o total recolhido (dados fornecidos pela SRF/MF).


CÓDIGO DA UG	NOME DA EMPRESA	CNPJ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL NO ANO
1	275063/27201 REDE FERROVIÁRIA	361333200010	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2	399002/91000 CIA. DOCAS ESPÍRITO SANTO - CODESA	731653800016	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3	415001/14202 ECT	402831600010	82,33%	78,49%	78,10%	90,97%	62,03%	78,88%	91,31%	79,43%	77,62%	89,82%	80,71%	81,59%	80,94%
5	910883/91000 TELE CENTRO OESTE CEL S/A/TCO	255813200016	99,20%	95,44%	98,91%	99,94%	99,75%	97,94%	99,75%	87,48%	99,96%	99,92%	95,76%	82,14%	96,35%
6	910900/91000 TIM NORDESTE	233699300010	98,73%	99,37%	100,00%	57,57%	97,09%	97,53%	96,45%	82,70%	94,97%	99,33%	99,85%	98,21%	93,48% (**)
7	910917/91000 TELECOMUNICAÇÕES S/A	233699300010	98,73%	99,37%	100,00%	57,57%	97,09%	97,53%	96,45%	82,70%	94,97%	99,33%	99,85%	98,21%	93,48% (**)
7	910917/91000 BRASIL/TELECOM(*)	653576400014	97,12%	93,30%	90,04%	98,38%	95,98%	92,57%	92,95%	94,23%	96,61%	96,92%	95,21%	69,58%	92,74% (*)
8	946100/91000 CELPE	083593200010	99,58%	99,95%	98,08%	97,54%	99,83%	97,74%	99,73%	98,55%	98,23%	99,86%	99,78%	99,58%	99,04%
9	949102/91000 COELBA	513962900019	99,91%	99,98%	99,60%	99,67%	99,48%	94,39%	99,49%	80,08%	99,24%	99,27%	99,81%	99,49%	97,53%
10	974100/91000 CEB	007069800011	99,97%	99,92%	99,97%	99,94%	99,97%	99,86%	99,92%	99,98%	99,96%	99,96%	99,92%	99,72%	99,93%
11	396001/39811 CIA. DOCAS DO RIO DE JANEIRO	226689000012	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
12	396002/39812 CIA. DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	437214800016	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
13	396003/39813 CIA. DOCAS DO CEARÁ	722367000011	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
14	396004/39814 CIA. DOCAS DO PARÁ	493355200010	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
15	396005/39815 CIA. DOCA DO RIO GRANDE DO NORTE	404034500019	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
16	396006/39816 CIA. DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	483752400010	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
17	399002/39817 CIA. DOCAS DO ESPÍRITO SANTO	731653800016	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00% (***)
TOTAL			75,20%	74,05%	73,86%	71,56%	72,68%	73,21%	75,51%	38,90%	41,66%	42,82%	41,94%	39,39%	41,25%

### LEGENDA:

(\*) O recolhimento dos DARFs das empresas do Grupo Brasil Telecom (TELEGOIAS, TELEPAR, TELESC, TELEMAT, TELEMS, CTMR, TELERON, TELEACRE, CRT, TELETOCANTINS e TELEBRASÍLIA) é centralizado pela UG 910917 - BRASIL TELECOM.

(\*\*) As Unidades Gestoras 910903, 910904, 910905, 910906 (TELASA, TELERN, TELECEARÁ E TELEPISA) foram consolidadas na UG 910900

(\*\*\*) Unidades incluídas no TCT a partir de Agosto de 2005.

 RECOLHIMENTO ABAIXO DE 80%, CARACTERIZANDO O DESCUMPRIMENTO DO TCT NO MÊS.

## **12 - PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Em relação ao processo de encerramento do exercício de 2005 foram realizadas as seguintes ações:

- estudo, definição e estruturação, em conjunto com a COSIS, das rotinas necessárias ao encerramento do exercício de 2005;
- preparação do ambiente do SIAFI 2006, com a cópia do SAIFI2005, das tabelas do Plano de Contas, Eventos e Indicadores Contábeis;
- implantação no SIAFI das alterações no processo de encerramento do exercício nas seguintes transações: CONESTSIS, CONBAIXSAL, CONRECDIF;
- disponibilização no Manual SIAFI e no sitio do Tesouro Nacional na internet da Norma de Encerramento para o exercício de 2005;
- realização de reuniões técnicas, no período de 8 horas, com todas as setoriais contábeis e financeiras dos órgãos superiores com a participação de representantes de órgãos subordinados, para grupos num total de 11 reuniões de no máximo 30 pessoas, com treinamento total de 199 gestores, no período de 16 a 30 de novembro.
- acompanhamento do processo de encerramento do exercício de 2005 e abertura do exercício de 2006 com vistas a correta execução das rotinas, com destaque especial para a baixa e inscrição em restos a pagar e para a baixa e inscrição em recursos diferidos ou a receber/liberar;

## **13 – PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS EXTERNOS**

Durante o ano de 2005, a CCONT participou de eventos externos em reuniões da Câmara Técnica do SIOPS, na qual a Secretaria do Tesouro Nacional mantém representante, numa parceria técnica com o Ministério da Saúde que orienta, tecnicamente, a elaboração do Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde – Estados, Distrito Federal e Municípios, além do Demonstrativo das Despesas com Saúde – União.

A CCONT, representando a STN como órgão central de contabilidade do Governo Federal, participou em diversos encontros de Contadores Públicos Municipais e Estaduais, em diversas localidades tais como:

- Seminário de Previdência Pública, Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Porto Alegre/RS, nos dias 22 e 23/03/2005;
- 1º Congresso de Gestão Pública Municipal, FECAM, Florianópolis/SC, no dia 12/04/2005;
- Missão Vietnam - A experiência e perspectivas da Contabilidade Pública Brasileira. Apresentação de contexto históricos, da estrutura organizacional e dos objetivos estratégicos da contabilidade e os órgãos responsáveis para implementação no país do plano de contas, método de registro e os relatórios financeiros, nessa Secretaria, no dia 19/4/2005;
- 39º Congresso de Técnicos Fazendários Municipais, ARTAFAM, em Passo Fundo/RS, no período de 11 a 15/07/2005;

- Rol de Contabilidade nos Sistemas de Administração Financeira Integrada, Associação Uruguaia de Contabilidade, Montevideo/ Uruguai., no dia 21/07/2005;
- XIX Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, CRC/SP, no período de 07 a 09/09/2005;
- II Congresso de Secretários Municipais de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos, FECAM, em Camboriú/SC, no período de 15 e 16/09/2005;
- XX Congresso Nacional Contadorias Gerais, Contadoria Geral da Nação Argentina, Buenos Aires /Argentina, no período de 04 a 08/10/2005.

#### **14 - ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP**

No decorrer do exercício de 2005, a CCONT promoveu estudos das normas já editadas para harmonizar conceitos e definir procedimentos aos entes da Federação. Com o advento da Lei nº 11.079, de 30/12/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a CCONT promoveu estudos das normas e elaborou a minuta de contabilização das PPP.

No período de 3 a 6/10/2005 a STN, como Órgão Central de Contabilidade, representada por um servidor da CCONT, participou do 4º encontro da Força Tarefa Internacional sobre harmonização da contabilidade do Setor Público, realizado em Washington – Estados Unidos da América, para tratar da atualização das diretrizes para a compilação de estatísticas de contas nacionais, bem como da harmonização entre essas diretrizes e as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Os assuntos foram apresentados e discutidos com o objetivo de se obter um modelo útil, consistente e aplicado em consonância com o disposto no Sistema de Contas Nacionais de 1993 (SNA 1993) - a ser atualizado, Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (GFSM 2001) - a ser atualizado - e com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

#### **15 – ACOMPANHAMENTO DA INTEGRAÇÃO DE BALANCETES**

Durante o ano de 2005 fez-se o acompanhamento da transação CONPROCBT (*Consulta Processamento Batch*) verificando as pendências na integração de balancetes das Autarquias, Empresas Públicas e Fundos da Administração Pública Federal.

As planilhas e gráficos contendo a posição das integrações de balancetes das entidades parciais no SIAFI foram elaboradas mensalmente para conhecimento e divulgação dessa informação no RREO.

A tabela a seguir demonstra o acompanhamento das integrações de balancetes durante o ano de 2005

**ACOMPANHAMENTO DAS INTEGRAÇÕES DE BALANÇETES - DEZEMBRO/2005**  
**POSIÇÃO: 16.01.2006**

1 - POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO													
ÓRGÃO/GESTÃO / DENOMINAÇÃO	VINC. ORÇ. (*)	PERÍODO											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>AUTARQUIAS</b>													
1	25280/17280 - BACEN (MF)	NÃO											
2	31280/21201 - C.C.C.P./PES(CM M)	NÃO											
<b>EMP EMPRESAS PÚBLICAS</b>													
3	52212/12801 - INFRAERO (MD)	NÃO											
4	25220/35802 - CEF (MF)	NÃO											
5	52221/16501 - IMBEL (MEX)	NÃO											
6	52231/21202 - EMGEPRON (CM M)	NÃO											
7	45282/11161 - BNDES (MDIC)	NÃO											
8	49280/14202 - ECT (MC)	NÃO											
9	57280/23807 - DATAPREV (MPS)	NÃO											
10	25301/25301 - EMGEA(MF)	NÃO											
11	22500/22500 - CEAGESP	NÃO											
12	27201/16201 -FAEX (CM EX)	NÃO											
<b>FUNDOS</b>													
13	25905/17911 - FADS (MF)	NÃO											

(\*) Vinculação Orçamentária

(NÃO) Não contemplado no Orç. Fiscal e Seg. Social

45282/11161-BNDES-PERTENCE PARCIALMENTE

	INTEGRADO NO MÊS
	INTEGRADO NO MÊS FECHADO
	NÃO INTEGRADO

2 - POR SETORIAL CONTÁBIL(SC) OU ÓRGÃO EQUIVALENTE													
RESPONSÁVEL PELA INTEGRAÇÃO	TÓT ENTID.	P E R Í O D O											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SC.MINISTÉRIO DA FAZENDA	4	3	3	3	4	3	2	4	2	3	3	4	4
SC.MIN. DAS COMUNICAÇÕES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SC.MIN. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
SC.MIN.DESENVOLVIMENTO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIRETORIA DE CONTAB. CM. EXER.	2	1	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2
DIR.FIN.MARINHA-SISTEMA DO PAIS	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
CISET/MINISTÉRIO DA DEFESA	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1
SC.MIN. AGRI.ABAST.PECUARIA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>12</b>
<b>A INTEGRAR</b>		<b>7</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

## **II.3 – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL -CODIN**

### **Programa 0773 – Gestão da política de administração financeira e contábil da União Ação 2074 - Gestão Financeira e Contábil da União**

#### **Descrição**

- Megaobjetivo do Plano Plurianual associado ao Ministério da Fazenda: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;
- Objetivo setorial do Ministério da Fazenda vinculado a esta ação: Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão;
- Esta ação orçamentária tem vinculação com os seguintes objetivos estratégicos do Tesouro Nacional:
- Aperfeiçoar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciando a conta única, avaliando os gastos governamentais e estabelecendo normas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil;
- Promover a consolidação das Contas Públicas das três esferas de governo.

Esta ação orçamentária se destina a orientar os gestores públicos a efetuarem a realização regular dos gastos públicos, considerando as normas de execução orçamentária e financeira da administração pública; a manutenção do equilíbrio financeiro e fiscal do Tesouro Nacional por meio do gerenciamento da Conta Única e da formalização da política de financiamento da despesa pública; a definição de normas e procedimentos para o adequado registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal; a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis da Administração Pública Federal, com destaque para o BGU.

Os recursos desta ação são também destinados à viabilização do funcionamento administrativo e operacional do setor do Tesouro que elabora os Decretos de Programação Financeira de contingenciamento do orçamento, editados em cumprimento ao caput do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas à obtenção da meta de superávit fiscal primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que, para o ano de 2005, foi de 4,25 % do produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, o percentual de superávit fiscal primário efetivamente obtido foi de **4,84% do PIB**.

#### **Objetivos**

Regulamentar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de administração orçamentária, financeira e de contabilidade pública do Governo Federal, com destaque para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis requeridas por mandamentos constitucional e legal, entre as quais aquela que constitui a prestação de contas anual do Presidente da República ao

Congresso Nacional, efetuada por determinação constitucional (Artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal), o Balanço Geral da União (BGU). Também é objetivo da ação estabelecer e disseminar o conteúdo das normas referentes à aplicação regular dos recursos públicos, e viabilizar o apropriado funcionamento dos serviços governamentais por meio da formulação e execução de uma adequada política de financiamento da despesa pública e de gerenciamento eficiente da conta única do Tesouro, de modo a contribuir para manter o Governo Federal equilibrado no que se refere aos aspectos fiscal e financeiro.

### **Beneficiários**

Governo Federal.

### **Indicadores de Desempenho**

Não se aplica

### **Metas físicas e financeiras previstas**

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se ao custeio de atividades (diárias, passagens, capacitação, serviços, etc...) e investimentos relacionados ao processo de gestão financeira e contábil da União.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	CRÉDITO EXECUTADO (C)	% DE EXECUÇÃO (D = C/B)
I - Despesas Correntes	2.569.635,00	672.083,04	653.372,87	97,22
II – Investimentos	84.994,00	12.562,50	350,00	2,79
<b>TOTAL (I+II)</b>	<b>2.654.629,00</b>	<b>684.645,54</b>	<b>653.722,87</b>	<b>95,48</b>

\* Cabe ressaltar que foram executados pela SPOA/COGRL, nesta Ação, o montante de R\$ 1.398.245,76 (Despesas Correntes) e R\$ 66.221,44 (Investimento) e pela ESAF, R\$ 115.097,93 (Despesas Correntes), por meio de descentralização de recursos diretamente pela UG 170013 (SPOA/ MF).

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÕES 3 e 5 - Mês Dez/05 fechado, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 fechado.

*\* Metas físicas: ver Resultados Alcançados*

### **Resultados alcançados**

O produto desta ação orçamentária é o Balanço Geral da União (BGU), que é a prestação de contas anual do Presidente da República ao Congresso Nacional, efetuada por determinação constitucional (Artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal), tendo sido elaborado para ser remetido ao Poder Legislativo Federal no prazo estabelecido pela Constituição Federal.

Registramos que esta ação orçamentária foi objeto de um crédito suplementar, acerca do qual prestamos as seguintes informações, fornecidas pela área do Tesouro beneficiada por este crédito, a Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público (COAPI):

1 - Dotação autorizada: Crédito suplementar no valor de R\$ 272.489,00 concedido por Decreto de 08 de novembro de 2005, publicado no DO de 9 de novembro de 2005.

2- A unidade responsável pela Ação 2074 na STN é a própria CODIN (UG 170.007). O crédito acima inclui-se na dotação total referente a esta Ação.

3- A parcela de crédito acima destacada refere-se ao Acordo de Doação TF055483 para Construção de Capacidade para Gerenciamento de Projetos Públicos de Investimento em Infra-estrutura, assinado em 05 de dezembro de 2005 com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado, basicamente, à capacitação e instrumentalização da STN/COAPI e disseminação dos conhecimentos adquiridos para outros entes da Administração Pública Federal.

4- A execução orçamentária do crédito em questão é realizada pela Unidade de Coordenação de Projetos – UCP da Secretaria de Política Econômica – SPE do Ministério da Fazenda, nos termos da Portaria nº 437, de 29 de dezembro de 2005, do Ministro da Fazenda. Caberá à UG 170.403 – UCP/SPE a prestação das informações correspondentes aos órgãos de controle.

5- A parcela de crédito autorizado supra referida foi descentralizada pela Setorial Orçamentária do Ministério da Fazenda diretamente à UG 170.403 – UCP/SPE.

6- Para cumprir as tarefas previstas no Acordo de Doação, ainda no exercício de 2005 foram iniciados os trabalhos de contratação de consultores, resultando na contratação da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 27 de dezembro, para o desenvolvimento dos primeiros serviços. Não houve naquele exercício, em função da liberação tardia do crédito orçamentário e, conseqüentemente da data de assinatura do Acordo, outras contratações. Também em função da data de início dos trabalhos não houve a entrega de produtos pela FIPE em 2005.

7- A COAPI foi institucionalizada pelo Decreto nº 5.510, de 12 de agosto de 2005, sendo a UG 170.509 correspondente criada no SIAFI em 01 de dezembro de 2005 com a função de “CONTROLE”.

8- Em virtude da data de sua criação, não foram atribuídas à COAPI metas institucionais a serem concluídas ainda no exercício de 2005.

As informações concernentes aos recursos objeto do mencionado Acordo de Doação se encontram registradas no formulário relativo aos projetos e programas financiados com recursos externos.

### **Medidas Saneadoras**

Não se aplica

## **IV - PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

### 1. Formulário

**Avaliação crítica dos resultados alcançados. Não houve resultados concernentes ao Acordo de Doação WBTF 55483 em 2005. (Acordo firmado em 05 de dezembro de 2005.)**

<b>PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS</b>					
<b>DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup></b>	<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>EMPRÉSTIMO CONTRATADO (INGRESSOS EXTERNOS)</b>	<b>CONTRA PARTIDA NACIONAL</b>	<b>VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS <sup>2</sup></b>	<b>EM CASO DE NÃO CONCLUSÃO TOTAL OU DE ETAPA</b>
<p><b>Código da Doação: WBTF 55483</b>  <b>Projeto: P096300 – BR Capacity Building for Management of Public Infrastructure Projects in Federal Government.</b>  <b>Descrição:</b> O projeto se propõe a realizar diagnóstico inicial do arranjo institucional da Administração Pública Federal concernente à análise, seleção e avaliação de projetos e sugerir aperfeiçoamentos pertinentes com base na experiência internacional; construir capacitação em análise, seleção e avaliação de projetos e em temas específicos correlatos e disseminar o conhecimento adquirido para o setor público federal com apoio da ESAF – Escola Superior de Administração Fazendária.  <b>Finalidade:</b> Ampliar a capacidade do Governo Federal para analisar, selecionar e avaliar sistematicamente investimentos do setor público incorporando os resultados nas políticas públicas  <b>Organismo financiador:</b> BIRD – International Bank for Reconstruction and Development</p>	US\$ 400,000.00 (Quatrocentos mil dólares)	US\$ 400,000.00 (Quatrocentos mil dólares)	Não financeira	<p>Trata-se de doação sem transferência de recursos para o exterior.</p> <p>Previsão orçamentária</p> <p style="text-align: center;"><u>2005</u></p> <p>R\$ 272.489,00 (Duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)</p> <p style="text-align: center;"><u>2006</u></p> <p>R\$ 781.051,00 (Setecentos e oitenta e um mil e cinquenta e um reais)</p>	<p>Acordo de Doação assinado em 05 de dezembro de 2005.</p> <p>Não houve previsão para entrega de produtos em 2005.</p>
<p>(!) DISCRIMINAÇÃO: código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador. (2) VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS: apresentar individualmente por motivo.            Obs: A execução orçamentária do Acordo de Doação é realizada pela Unidade de Coordenação de Projetos – UCP da Secretaria de Política Econômica – SPE, do Ministério da Fazenda, nos termos da Portaria nº 437, de 29 de dezembro de 2005, do Ministro da Fazenda. Caberá à UG 170.403 – UCP/SPE a prestação das informações correspondentes. A parcela de crédito autorizado acima referida foi descentralizada pela Setorial Orçamentária do Ministério da Fazenda diretamente à UG 170.403 – UCP/SPE.</p>					

**V - PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL**

- Não se aplica.
- 1. Identificação do projeto ou instituição beneficiada
- 2. Valor dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no projeto/entidade no exercício
- 3. Impacto sócio-econômico gerado
- 4. Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizados (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas)
- 5. Situação atual do projeto/instituição (incluindo objetivos e metas previstas vs. realizados)

**Programa 0773 – Gestão da política de administração financeira e contábil da União**  
**Ação 2075 – Gestão de Obrigações da União.****Descrição**

## Observações:

- Megaobjetivo do Plano Plurianual associado ao Ministério da Fazenda: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;
- Objetivo setorial do Ministério da Fazenda vinculado a esta ação: Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego;
- Esta ação orçamentária tem vinculação com o seguinte objetivo estratégico do Tesouro Nacional:
- Aperfeiçoar a Gestão da Dívida Pública Federal de responsabilidade do Tesouro Nacional, desenvolvendo política de gerenciamento de risco e fomentando o mercado secundário de títulos públicos federais, aumentando a base de investidores.

Esta ação orçamentária se destina a prover os recursos necessários ao funcionamento operacional e administrativo das áreas do Tesouro Nacional responsáveis pela realização dos leilões de títulos da dívida pública mobiliária federal (DPMF), tendo como parâmetro a previsão constante do orçamento, de forma a contribuir para assegurar a solvência do setor público.

**Objetivos**

Cumprir a estratégia de financiamento da dívida pública federal, expressa no Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública (PAF), de modo a contribuir para manter o endividamento público

nacional em trajetória sustentável, assegurando que a União seja capaz de honrar os compromissos assumidos.

### **Beneficiários**

Governo Federal.

### **Indicadores de Desempenho**

Não se aplica

### **Metas físicas e financeiras previstas**

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se ao custeio de atividades (diárias, passagens, capacitação, serviços, etc..) e investimentos relacionados ao processo de gestão de obrigações da União.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	CRÉDITO EXECUTADO (C)	% DE EXECUÇÃO (D=C/B)
I - Despesas Correntes	2.047.789,00	702.060,32	576.669,50	82,14
II – Investimentos	84.993,00	5.000,00	115,00	2,30
<b>TOTAL (I+II)</b>	<b>2.132.782,00</b>	<b>707.060,32</b>	<b>576.784,50</b>	<b>81,58</b>

\* Cabe ressaltar que foram executados pela SPOA/COGRL, nesta Ação, o montante de R\$ 856.304,24 (Despesas Correntes) e R\$ 66.614,00 (Investimento) e pela ESAF, R\$ 154.962,25 (Despesas Correntes), por meio de descentralização de recursos diretamente pela UG 170013 (SPOA/ MF).

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001- Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÕES 3 e 5 - Mês Dez/05 fechado, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 fechado.

*\* Metas físicas: ver Resultados Alcançados*

### **Resultados alcançados**

No orçamento, a meta física prevista para execução desta ação era de 232 leilões de títulos da DPMF. Entretanto, foram executados 320 leilões. Esta diferença entre a previsão orçamentária e a execução efetiva da ação justifica-se na medida em que as circunstâncias de mercado obrigaram o Tesouro Nacional a assim proceder.

Também a dívida líquida do setor público consolidada alcançou 51,6% do PIB em dezembro de 2005, enquanto em dezembro de 2004 era de 51,3 % do PIB.

### **Medidas Saneadoras**

Não se aplica

**Programa 0773 – Gestão da política de administração financeira e contábil da União**  
**Ação 2076 – Gestão de Haveres da União.****Descrição**

Observações:

- Megaobjetivo do Plano Plurianual associado ao Ministério da Fazenda: Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;
- Objetivo setorial do Ministério da Fazenda vinculado a esta ação:
- Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego;
- Esta ação orçamentária tem vinculação com o seguinte objetivo estratégico do Tesouro Nacional:
- Aperfeiçoar a gestão dos haveres mobiliários e financeiros do Tesouro Nacional;
- Buscar o equilíbrio dinâmico e permanente das receitas e despesas públicas.
- Aspecto da política fiscal relacionado com a execução desta ação – Obtenção do percentual de superávit primário das contas públicas estabelecido no anexo das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2.005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004), de modo a proporcionar a obtenção de uma relação dívida pública/PIB que garanta a solvência do setor público.

Esta ação se destina a fornecer os recursos orçamentários necessários ao funcionamento operacional e administrativo das áreas do Tesouro Nacional responsáveis pelo controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em entidades públicas e privadas, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o Governo Federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de Lei, de operações estruturadas e de empresas privatizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, da União.

**Objetivos**

Controlar a arrecadação das receitas correspondentes aos haveres mobiliários (participações acionárias em entidades públicas e privadas) e financeiros (dividendos), haveres decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o Governo Federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de Lei, de operações estruturadas e de empresas privatizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, da União,

**Beneficiários**

Governo Federal.

### Indicadores de Desempenho

Não se aplica

### Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se ao custeio de atividades (diárias, passagens, capacitação, serviços, etc..) e investimentos relacionados ao processo de gestão de haveres da União.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	1CRÉDITO EXECUTADO (E)	% DE EXECUÇÃO $F=(C+D+E)/B$
I - Despesas Correntes	2.896.313,00	1.145.278,21	873.146,42	76,24
II – Investimentos	62.618,00	5.000,00	250,00	5,00
TOTAL (I+II)	2.958.931,00	1.150.278,21	873.396,42	75,93

\* Cabe ressaltar que foram executados pela SPOA/COGRL, nesta Ação, o montante de R\$ 894.243,19 (Despesas Correntes) e R\$ 52.440,60 (Investimento) e pela ESAF, R\$ 401.965,28 (Despesas Correntes), por meio de descentralização de recursos diretamente pela UG 170013 (SPOA/ MF).

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÕES 3 e 5 - Mês Dez/05 fechado, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 fechado.

\* *Metas físicas: ver Resultados Alcançados*

### Resultados alcançados

No orçamento, a meta física prevista para execução desta ação era de arrecadação de cerca de R\$ 40,05 bilhões em receitas associadas aos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro. Entretanto, foram efetivamente arrecadados cerca de R\$ 37 bilhões, que corresponde à cerca de 92,42 % da meta física da referida ação. Esta diferença entre a previsão orçamentária e a execução efetiva da ação justifica-se na medida em que houve a ocorrência de arrecadação de receitas associadas a haveres financeiros e mobiliários da União geridos pela STN em níveis inferiores aos da previsão orçamentária, em parte devido à variação cambial, no que se refere às receitas associadas a haveres da União administrados pelo Tesouro Nacional relativos à renegociação das dívidas de Estados e Municípios junto à União.

### Medidas Saneadoras

Não se aplica

**Programa 0773 – Gestão da política de administração financeira e contábil da União**  
**AÇÃO 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI**

### Descrição

Manutenção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é um importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

### Objetivos

Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas

### Beneficiários

Governo Federal

### Indicadores de Desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Meta	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
Sistema mantido (*1)	Sistema Mantido	Não há	1	COSIS	SIGPLAN
DA=Disponibilidade de acesso mensal	Relação entre a disponibilidade efetiva do sistema durante o mês e a disponibilidade prevista nos instrumentos contratuais	DA = DE / DP, onde DE = disponibilidade efetiva (em horas) DP = disponibilidade prevista (em horas)	100%	SERPRO	SLA (*2)
US= Pico mensal de usuários simultâneos	Quantidade máxima de usuários que acessaram simultaneamente o sistema no mês. (*3)	US = quantidade máxima de acessos simultâneos ao sistema no mês.	3000 a 5000	SERPRO	SLA(*2)
TS=Total mensal de transações	Quantidade total de transações realizadas pelos usuários do sistema no mês. (*3)	TS= volume de transações realizadas no mês	40 milhões a 100 milhões	SERPRO	SLA(*2)
PF=Quantidade de Pontos de Função	Indica a dimensão das modificações realizadas nos sistemas de informação que integram o Complexo SIAFI	Para cada solicitação de desenvolvimento/ manutenção nos sistemas, calcula-se a quantidade de pontos de função, conforme orientações constantes do "Function Point Counting Practices Manual 4.1.1 (IFPUG, 2000)". Para fins estatísticos, ao final do ano, somam-se todos os pontos de função realizados e pagos no decorrer do período.	Varia	SERPRO	SLA(*5)

GS=Grau de Satisfação do Usuário SIAFI (*4)	Percepção do usuário quanto a usabilidade e disponibilidade do sistema	$GS = (RA / RQ) * 100$ , onde RA= Total de respostas para determinada alternativa RQ= Total de respostas para questão Obs.: São considerados apenas os questionários dos usuários que atendem a amostra.	Varia	COSIS	PESQUISA
(*1) Indicador disponível para uso no PPA 95-98 e mantido até o presente momento. Formalizado pedido de modificação no SIGPLAN cujo atendimento ainda não pode ser acatado. (*2) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorados mensalmente. (*3) Embora seja um número absoluto este indicador permite acompanhar a utilização efetiva do sistema pelos usuários de modo a permitir a adequação do ambiente às reais necessidades. (*4) Metodologia e demais resultados disponíveis no endereço: <a href="http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_pesquisa_satisfacao.asp">http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_pesquisa_satisfacao.asp</a> (*5) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorados anualmente.					

### Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se à disponibilização, manutenção e modernização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

CATEGORIA ECONÔMICA	* LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	CRÉDITO EXECUTADO (C)	% DE EXECUÇÃO (D = C / B)
Despesas Correntes	51.721.782,00	76.284.180,24	76.284.180,24	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>51.721.782,00</b>	<b>76.284.180,24</b>	<b>76.284.180,24</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÃO 5 – Mês Dez/05 aberto, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 aberto

\* *Metas físicas: ver Resultados Alcançados*

### Resultados alcançados

A ação consiste basicamente na gestão dos Sistemas que compõem o Complexo SIAFI no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infra-estrutura; serviços técnicos complementares.

Dentre as atividades realizadas no contexto da ação em 2005, destacam-se o desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema, a adequação de funcionalidades existentes, a realização de manutenções corretivas, o apoio técnico ao serviço de produção e a realização de apurações especiais, a capacitação a distância de usuários por meio do Centro de treinamento Virtual do SIAFI, o atendimento especializado aos usuários, a produção dos ambientes operacional, gerencial e educacional do SIAFI e a disponibilização de *links* de comunicação para acesso a informações. Também vale destacar a substituição do equipamento onde é feita a produção do sistema, o que permitiu a ampliação de capacidade de processamento e conseqüente melhoria nos níveis de serviço.

Os resultados obtidos na pesquisa de satisfação dos usuários SIAFI (2005) indicam que 91,69% dos usuários entrevistados atribuem ao SIAFI o conceito "ótimo" ou "bom". Vale ressaltar que o conceito "insatisfatório" sofreu queda sistemática ao longo desses anos, chegando próximo de zero nesta última Pesquisa (2005). Estes percentuais reduzidos representam estímulo à equipe que desenvolve e administra o SIAFI, na medida em que seus trabalhos têm obtido boa repercussão entre os usuários do sistema, constituindo-se num fator de motivação para a continuidade da aplicação da Pesquisa.

### **Medidas Saneadoras**

#### **DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADOS**

Orçamento aprovado de R\$51,7 milhões, ou seja, 52% do inicialmente previsto (R\$98,7 milhões).

Por força da indisponibilidade orçamentária as atividades vinculadas à ação foram mantidas sem a devida cobertura contratual (nov e dez/05).

Indicador utilizado (Sistema Mantido) para acompanhamento da ação não permite avaliar os vários aspectos relacionados à manutenção do sistema.

#### **MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO**

Pedido de suplementação orçamentária enviado em mar/05 no valor de R\$40 milhões. Aprovação em dez/05 de R\$25 milhões depois de redução feita pela Comissão Mista.

Foi necessário reestimar os volumes de serviços originalmente previstos, restringindo ao estritamente necessário à manutenção dos sistemas.

O MP foi informado sobre o interesse da STN em modificar o indicador, já que o acompanhamento efetivo do SIAFI é feito por vários outros indicadores, conforme apresentado no Portal Siafi (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index.asp>).

**Programa 0773 – Gestão da política de administração financeira e contábil da União**  
**Ação 3599 - Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI.**

### **Descrição**

Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo sistema "SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI". O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do Governo Federal, bem como exercer controle dos ativos e passivos do Tesouro Nacional, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos.

### Objetivos

Modernizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com vista a sua implantação em plataforma gráfica.

### Beneficiários

Governo Federal.

### Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO					
Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	META	Responsável pela Medição	Mecanismo Registro
EFP1 (% de execução física do projeto até 2005)	Percentual de esforço empreendido durante a execução do projeto inicial	$EFP1 = (A / T) / 2$ , onde: A = esforço realizado e T = esforço total estimado para o projeto	6,5	COSIS	SIGPLAN
EFP2 (% de execução física do projeto a partir de 2006)	Percentual dos produtos efetivamente concluídos (gerados e aprovados) durante a execução das etapas 1 e 2 do projeto SIAFI XXI, a partir de seu replanejamento em 2005.	$EFP2 = (A / T) / 2$ , onde: A = somatório do peso relativo dos produtos gerados e aprovados, e T = somatório do peso relativo do conjunto de todos os produtos previstos para o projeto	% estimado a cada ano	COSIS	SIGPLAN

### Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas neste programa de trabalho destinam-se ao custeio de ações relacionadas à modernização do SIAFI, acrescentando funcionalidades e visando à sua disponibilização em plataforma gráfica.

CATEGORIA ECONÔMICA	* LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	CRÉDITO EXECUTADO (C)	% DE EXECUÇÃO (D = C / B)
Despesas Correntes	5.345.536,00	856.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.345.536,00</b>	<b>856.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÃO 5 - Mês Dez/05 aberto, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 aberto.

\* *Metas físicas: ver Resultados Alcançados*

## **Resultados alcançados**

Entre 2004 e 2005 o projeto sofreu um re-planejamento, que culminou na elaboração de um novo plano global para as atividades relacionadas especificamente ao desenvolvimento de sistemas, por meio do qual se dividiu o projeto em duas grandes etapas: uma de planejamento e modelagem; e outra de construção da solução.

A primeira visa modelar o negócio e especificar os requisitos do software a ser desenvolvido, bem como definir a estratégia a ser utilizada para contratação, construção e implantação do sistema SIAFI (em plataforma gráfica) – Siafi Século XXI. A segunda visa a construir e colocar em uso efetivo os componentes de software do Sistema.

Atualmente o projeto se encontra em meados da fase de planejamento e modelagem, no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema.

No ano de 2005 predominaram atividades internas que visam a definição clara de produtos e serviços a serem contratados.

Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2005:

- inventário de documentação técnica relativa ao projeto inicial do Siafi Século XXI;
- identificação das principais diferenças entre o SIAFI atual e o projeto inicial do XXI;
- estudo do sistema atual – Análise e documentação de todas as transações do SIAFI;
- modelagem de dados, preliminar, do SIAFI;
- elaboração do plano global do projeto;
- definição da estratégia de modelagem;
- elaboração de relatório de diagnóstico.

Principais resultados:

- delimitação clara do escopo do projeto;
- definição e formalização da estratégia a ser utilizada na execução do projeto.

## **Medidas Saneadoras**

### **DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADOS**

1. Planejamento original das atividades específicas de desenvolvimento de sistema descolado da realidade das instituições envolvidas.
2. Dificuldade de compatibilização entre o planejamento original do projeto e o plano atual, ensejando a necessidade de explicitação de novos mecanismos de acompanhamento físico.

3. Dificuldade na contratação dos serviços previstos para o ano, tendo em vista que a empresa prestadora (Serpro) foi alvo de diversas mudanças no corpo gerencial responsável diretamente pelas negociações com a STN.

### **MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO**

1. Readequação do Plano do Projeto onde são definidas duas etapas claras de execução das atividades vinculadas ao desenvolvimento de sistema. Essas etapas são: (1) Planejamento e Modelagem; e (2) Construção da solução.
2. Plano do Projeto atual contempla na sua etapa de Planejamento e Modelagem, fases de preparação, modelagem efetiva e contratação da construção da solução. Nesta etapa cada produto a ser entregue na etapa de construção terá estimativa de tamanho, custo e prazo.
3. Ao final de 2005 foi possível firmar entendimento com a empresa, sendo submetida minuta de contrato à PGFN, sem contudo concluir em tempo hábil para assinatura no exercício.

### **AÇÃO 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional Manutenção**

#### **Descrição**

Desenvolvimento de sistemas diversos, utilizados no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que dão suporte às diversas atividades finalísticas da Instituição, dentre as quais poderíamos destacar a gestão dos haveres da União, o controle da dívida pública, do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.

#### **Objetivos**

Manter os Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas.

#### **Beneficiários**

Governo Federal

#### **Indicadores de Desempenho**

<b>INDICADORES DE DESEMPENHO</b>					
<b>Denominação</b>	<b>Descrição (o que mede)</b>	<b>Fórmula de Cálculo Medição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsável pela Medição</b>	<b>Mecanismo Registro</b>
Sistema mantido (*1)	Sistema mantido	Não há.	1	COSIS	SIGPLAN

DA = Disponibilidade de acesso mensal	Relação entre a disponibilidade efetiva do sistema durante o mês e a disponibilidade prevista nos instrumentos contratuais	DA = DE / DP, onde: DE = disponibilidade efetiva no mês (em horas) e DP = disponibilidade pré- vista no mês (em horas)	Varia	SERPRO	SLA (*2)
(*1) Indicador disponível para uso no PPA 95-98 e mantido até o presente momento. Formalizado pedido de modificação no SIGPLAN cujo atendimento ainda não foi acatado.					
(*2) SLA – Acordo de Nível de Serviço – estabelecido nos contratos da STN e monitorados mensalmente.					

### Metas físicas e financeiras previstas

As dotações orçamentárias alocadas nesta ação destinaram-se à manutenção e desenvolvimento de sistemas informatizados de suporte à gestão de haveres e obrigações da União, de responsabilidade da STN.

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	CRÉDITO EXECUTADO (C)	% DE EXECUÇÃO (D = C / B)
Despesas Correntes	10.377.197,00	5.671.000,30	5.670.999,30	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.377.197,00</b>	<b>5.671.000,30</b>	<b>5.670.999,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÃO 5 – Mês Dez/05 aberto, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 aberto.

\* *Metas físicas: ver Resultados Alcançados*

### Resultados alcançados

Essa ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, dentre as quais destacam-se a gestão dos haveres e obrigações, o controle da dívida pública, e o endividamento dos estados e municípios. Consiste basicamente na contratação de empresas para manter e desenvolver os serviços de Tecnologia da Informação e Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura; serviços técnicos complementares.

### Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2005:

Serviços de Desenvolvimento de Software: Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos; adequação de funcionalidades existentes; manutenções corretivas; apoio técnico ao serviço de produção.

Serviços de Produção: Produção dos serviços web da STN; produção dos sistemas internos (DPI, Dívida Agrícola, Elabora, Gerir, Fluxos da Dívida, Variação da Dívida, Ged/Workflow – DocSTN, Haveres).

Serviços de Infra-estrutura: Disponibilização de links de comunicação; administração do servidor de mensagens; manutenção de hardware.

Serviços de Diversos: Acesso a agências de informação; certificação digital.

### Medidas Saneadoras

Não se aplica

## AÇÃO 0556 - Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

### Descrição

Trata-se de ação orçamentária, constante do PPA, definida como Operação Especial, portanto sem contrapartida, destinada a cobrir despesas de custeio da Fundação Getúlio Vargas.

### Objetivos

Promover a estimativa de índices e a realização de Estudos Econômicos.

### Beneficiários

Governo Federal.

### Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

### Metas físicas e financeiras previstas

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA APROVADA (A)	PROVISÃO RECEBIDA (B)	CRÉDITO EXECUTADO (C)	% DE EXECUÇÃO (D = C / B)
Transferências Correntes	21.610.000,00	21.610.000,00	21.610.000,00	100,00
TOTAL	21.610.000,00	21.610.000,00	21.610.000,00	100,00

Fonte: SIAFI - UG 170007 / Gestão 0001 - Consultas em 31/01/06: Transação CONSULTORC - OPÇÃO 5 - Mês Dez/05 aberto, e Transação CONRAZÃO - Conta 192220100 - Mês Dez/05 aberto.

A transferência dos recursos foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa STN nº 03, de 24/07/2002.

### Resultados alcançados

Não se aplica

### Medidas Saneadoras

Não se aplica

## **Estruturação da Coordenação–Geral da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)**

### **Descrição**

Estruturação da Coordenação–Geral da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que exercerá as atribuições pertinentes ao Tesouro no que se refere à Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público–privada (PPP) no âmbito da Administração Pública;

### **Objetivos**

O objetivo geral, principal, desta ação administrativa foi a estruturação da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público (COAPI). A COAPI é a unidade que vai operacionalizar as atividades relativas às atribuições da STN no processo das PPPs e do Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

Objetivos específicos: Viabilizar a atuação do Tesouro relativamente aos seguintes macroprocessos de trabalho atinentes ao processo das PPPs: Análise de projetos e contratação; acompanhamento da execução dos projetos; atuação no âmbito do Fundo Garantidor; acompanhamento de PPPs de Estados e Municípios; definição de normas, tais como os modelos padrão de edital e de contrato para a contratação das PPPs etc.

### **Beneficiários**

Governo Federal, na medida em que a execução de tais atividades proporcionará a celebração dos contratos das PPPs; investidores privados interessados em firmar contratos com o Governo, na modalidade PPP

### **Indicadores de Desempenho**

Não se aplica.

### **Metas físicas e financeiras previstas**

Não se aplica

### **Resultados alcançados**

A efetivação desta ação administrativa consistiu no cumprimento e na entrega dos seguintes itens:

- Mapeamento e validação dos macroprocessos de trabalho da COAPI referente às PPPs e ao PPI;

- Formulação e validação da estrutura organizacional da COAPI;
- Elaboração do plano de capacitação técnica dos servidores da COAPI;
- Estudo de perfil visando à apropriada alocação, na COAPI, dos analistas de finanças e controle oriundos do concurso de 2005 para a STN;
- Elaboração do Manual Metodológico da COAPI.

O resultado final desta ação administrativa foi a implantação da COAPI para desempenhar as atividades pertinentes às atribuições conferidas, pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ao Tesouro Nacional no processo das PPPs. Registramos que tal área do Tesouro já se encontra funcionando, com estrutura organizacional definida e analistas de finanças e controle nela lotados em quantitativo suficiente para desempenho das atribuições regimentais do setor. Informamos que foi publicado, em 12 de agosto de 2005, o Decreto nº 5.510, o qual aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências, cujo conteúdo contempla as atividades desempenhadas pela nova Coordenação-Geral.

### **Medidas Saneadoras**

Não se aplica

### **Reestruturação do Curso de Aperfeiçoamento**

#### **Descrição**

Reestruturação do conteúdo do Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos servidores da Carreira Finanças e Controle.

#### **Objetivos**

Promover a reestruturação do conteúdo do Curso de Aperfeiçoamento para promoção dos servidores da Carreira Finanças e Controle, mediante modalidade de ensino a distância, de modo a facilitar a participação sem deslocamento do servidor de seu local de trabalho.

#### **Beneficiários**

Servidores da Carreira Finanças e Controle.

#### **Indicadores de Desempenho**

Não se aplica

**Metas físicas e financeiras previstas**

Não se aplica

**Resultados alcançados**

A disponibilização, em 01/09/2005, via Internet, de quatro cursos distintos, sendo três para Analistas e um para Técnicos, visando atender a clientela, conforme o cargo e a classe do candidato.

Dos 173 servidores convocados, 7 não procederam à inscrição no curso, 92 solicitaram dispensa, amparados pelo Decreto nº 1.926, de 13/06/1996 e 10 encontravam-se afastados. Dos 64 servidores que participaram do curso apenas 1 não foi aprovado.

**Medidas Saneadoras**

Não se aplica

**Programa de Capacitação do Tesouro Nacional 2005****Descrição**

Programa de Capacitação do Tesouro Nacional 2005

**Objetivos**

Constante qualificação profissional do corpo técnico do Tesouro Nacional, mediante viabilização de programas de aperfeiçoamento, atualização e especialização no país e no exterior.

**Beneficiários**

Servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional.

**Indicadores de Desempenho**

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Média das vagas disponibilizadas por servidor	Quantidade média de vagas oferecidas	Total de vagas disponibilizadas/ Total de servidores da STN	CODIN/STN

Indicador – 894 vagas disponibilizadas/717 servidores, o que resulta em uma média de 1,25 vaga oferecida por servidor.

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Nº de horas de capacitação disponibilizadas	Quantidade média de horas de treinamento	Total de horas disponibilizadas/nº de servidores	CODIN/STN

Indicador – 30.831 horas disponibilizadas/717 servidores, o que resulta em uma média de 43h/servidor.

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição
Investimento em capacitação por servidor	Volume médio de recursos aplicados em treinamento	Volume total de recursos investidos em capacitação/nº de servidores	CODIN/STN

Indicador – R\$ 395.067/717 servidores, o que resulta em uma média de R\$ 551 por servidor.

### **Metas físicas e financeiras previstas**

Não se aplica

### **Resultados alcançados**

Os dados consolidados do Levantamento de Necessidades de Treinamento demonstraram uma demanda de treinamento comum às várias áreas, bem como as específicas de cada coordenação. As necessidades comuns das unidades resultaram em cursos com turmas fechadas, principalmente no campo de conhecimento Técnico-Complementar. Os cursos referentes ao campo Técnico foram planejados e realizados por meio de Projetos, contando com a participação efetiva das Coordenações envolvidas no processo. Outras demandas específicas, que não justificaram a programação de uma turma fechada, foram supridas pela contratação de cursos disponíveis no mercado. As solicitações foram atendidas considerando-se a relevância das atividades de capacitação e a disponibilidade orçamentária.

Foram disponibilizadas 894 vagas para participação dos servidores do Tesouro Nacional em eventos de Capacitação nos campos de conhecimento Técnico, Técnico-Complementar, Gestão e Institucional, correspondentes à média de 43 horas por servidor, tendo por base o quantitativo atual de 717 servidores. O investimento foi de R\$ 551,00 per capita.

### **Medidas Saneadoras**

Não se aplica

Concurso Público AFC 2005.

**Descrição**

Concurso Público AFC 2005.

**Objetivos**

Realização de Concurso Público para o provimento de 125 vagas para o cargo de Analista de Finanças e Controle - AFC.

**Beneficiários**

Secretaria do Tesouro Nacional e órgãos do Ministério da Fazenda (Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN e Secretaria de Política Econômica – SPE)

**Indicadores de Desempenho**

<b>Denominação</b>	<b>Descrição (o que mede)</b>	<b>Fórmula de Cálculo Medição</b>	<b>Responsável pela Medição</b>
Percentual de servidores lotados na STN em relação ao total de servidores convocados	Percentual de servidores convocados que entraram em exercício e foram lotados na STN	Total de servidores lotados na STN dividido pelo Total de servidores convocados	CODIN/STN

Indicador – 119 servidores lotados/125 servidores convocados, o que resulta em 0,95 servidor lotado para cada servidor convocado, ou seja, dos 125 servidores convocados, 95 % foram lotados nas unidades do Tesouro.

**Metas físicas e financeiras previstas**

Não se aplica

**Resultados alcançados**

Dos 125 servidores convocados para o Curso de Formação, 122 foram nomeados e 119 tomaram posse e entraram em exercício.

**Medidas Saneadoras**

Não se aplica

## Publicação do Código de Ética

### **Descrição**

Publicação do Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores do Tesouro Nacional.

### **Objetivos**

Explicitar, além de disposições gerais já previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, responsabilidades, deveres e vedações como padrões de conduta, questões comportamentais em ambiente de trabalho e aplicações financeiras de recursos particulares.

### **Beneficiários**

A Administração Pública que passa a ser administrada por profissionais com conduta isenta e equilibrada, dignos da função pública.

Os Contribuintes que passam a ter administradores preocupados com a ética pública e a transparência na gestão administrativa.

### **Indicadores de Desempenho**

Não se aplica

### **Metas físicas e financeiras previstas**

Não se aplica

### **Resultados alcançados**

Implantação do Comitê do Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores do Tesouro Nacional, para auxiliar a observância e o cumprimento das normas contidas no Código.

Instituição da Secretaria-Executiva do Comitê para realizar atos administrativos necessários ao funcionamento do Comitê e à aplicabilidade do Código.

### **Medidas Saneadoras**

Não se aplica

Promover, em conjunto com a ESAF, o X Prêmio Tesouro Nacional 2005.

### **Descrição**

Promover, em conjunto com a ESAF, o X Prêmio Tesouro Nacional 2005.

### **Objetivos**

Estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas, reconhecendo trabalhos de qualidade técnica e aplicabilidade na Administração Pública.

### **Beneficiários**

Servidores Públicos; Público acadêmico em geral; Instituições de Pesquisa.

### **Indicadores de Desempenho**

Cumprimento dos prazos no cronograma, qualidade e aplicabilidade dos trabalhos apresentados, Divulgação do evento de premiação.

### **Metas físicas e financeiras previstas**

Promover 1ª fase com a publicação do regulamento até 30.04.2005. Promover segunda fase com a premiação até 15.12.2005

### **Resultados alcançados**

Absorção de novos conhecimentos aplicáveis a realidade do Tesouro Nacional, Ampliação do relacionamento com a comunidade acadêmica, Promoção da instituição junto a comunidade.

### **Medidas Saneadoras**

Não se aplica

## **Atualizar as informações da página do Tesouro Nacional na Internet**

### **Descrição**

Atualizar as informações relacionadas a esta Coordenação-Geral, constantes da página do Tesouro Nacional na Internet, conforme cronograma estabelecido pelo Comitê de Regulamentação e Gestão da Internet e Intranet, criado pela Portaria STN nº 120 de 14.03.2002.

**Objetivos**

Manter informações atualizadas para o público, promovendo a boa imagem da instituição perante seus órgãos de relacionamento e a sociedade, melhor interação entre as Coordenações do Tesouro Nacional. Cumprimento do estabelecido na Portaria em questão.

**Beneficiários**

Servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional; Sociedade; Parceiros; Estados e Municípios.

**Indicadores de Desempenho**

Número de reclamações em relação às informações disponibilizadas no sítio.

**Metas físicas e financeiras previstas**

Não se aplica

**Resultados alcançados**

Diminuição do número de reclamações, agilidade e precisão maior na prestação de informações.

**Medidas Saneadoras**

Não se aplica

**Informações sobre os Gastos com cartão de crédito**

A CODIN, responsável pela Unidade Gestora 170007, é a única unidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que utiliza cartão de crédito.

Relativamente às informações requeridas pelo Tribunal de Contas da União, informamos o que se segue:

. Total de despesas realizadas mediante o uso de cartões de crédito em 2005 – R\$ 1.301,02;

. Total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito em 2005 – R\$ 401,00;

. Série histórica de gastos com cartões de crédito, considerados o exercício a que se referem as contas e os dois exercícios anteriores – Em 2003 não houve gastos com cartão de crédito no âmbito da STN, o que também ocorreu no exercício de 2004.

**Processos Referentes às Prestações de Contas das Instituições que recebem transferências financeiras**
**Programa 0773**

Instituição	CNPJ	Processo
Fundação Getúlio Vargas	33.641.663/0001-44	17944.000494/2005-98
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	17944.001802/2005-57
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	61.600.839/0001-55	17944.000063/2005-21

Fonte: SIAFI 2005 (CONDOC)

**Inventário de Bens Móveis - Exercício de 2005 - UG 170007**

Em cumprimento à Portaria STN N° 682, de 11/10/2005, publicada no Boletim de Pessoal n° 41, de 14/10/2005, foi realizado o inventário físico-financeiro dos bens móveis da STN.

Informamos que, após a realização do inventário, não foi apurado nenhum extravio de bens.

**Respostas às solicitações de informações dos órgãos de controle (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União):**

a) Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União da Presidência da República e Respostas da STN/CODIN : Relatório N°:160182, referente à tomada de contas da STN de 2004, Processo N.º: 17944.000308/2005-11.

Item da Recomendação do Relatório	Recomendação	Esclarecimentos da STN
5.1.1.1	Para garantir o rigor técnico das proposições e assegurar qualidade nas alocações de recursos, torna-se indispensável uma revisão da estrutura e uma redefinição dos produtos no âmbito do Programa Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União. Para tanto a STN deve apresentar, em articulação com os setores da SPI/MPOG, responsáveis pela definição dos elementos programáticos, proposta de alteração no programa nos próximos processos de revisão do PPA, promovendo adequabilidade entre as ações e respectivos produtos.	Foram tomadas providências, conforme e-mail encaminhado em 5/12/2005, solicitando o agendamento de reunião com o senhor Dênis Sant'anna Barros (Diretor de Planejamento da SPI/MPOG) para tratar das recomendações da Controladoria Geral da União. Além disto, foi enviado à SPI o Ofício CODIN/STN n° 1089, de 22/2/2006, solicitando marcação de reunião para tratar da revisão do programa 0773.
5.1.1.2	Integrar os dados do SIGPLAN com os elementos de execução das tarefas	A meta n° 10, Anexo XVI da

	operacionais, e desses com os elementos táticos e estratégicos contidos nos relatórios de Resultado do Tesouro Nacional, os quais deverão constar no Relatório de Gestão.	Portaria n.º 310, de 29/04/2005 (Revisar o processo de trabalho relativo à Tomada de Contas Anual da STN, em atendimento aos normativos do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle Interno) resultou no Manual de orientações para a organização do processo de tomada de contas da STN. O Manual foi encaminhado para as Unidades da STN com o objetivo de orientá-las a atender as recomendações da CGU, constantes no RA 160.182/CGU (item 2.4.3 do manual). A STN/CODIN estará também, por meio da Gerência de Planejamento, Modernização e Organização da CODIN, prestando o apoio necessário para que as Unidades da STN possam atender as recomendações do RA 160.182/CGU
5.1.1.3	Adequar as metas com o ciclo legal das Tomadas de Contas Anuais, ou estruturar a realização de apurações mensais das metas constantes do Plano de Trabalho institucional, permitindo a avaliação da gestão no período de janeiro a dezembro de cada exercício.	A meta n.º 10, Anexo XVI da Portaria n.º 310, de 29/04/2005 (Revisar o processo de trabalho relativo à Tomada de Contas Anual da STN, em atendimento aos normativos do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle Interno) resultou no Manual de orientações para a organização do processo de tomada de contas da STN. O Manual foi encaminhado para as Unidades da STN com o objetivo de orientá-las a atender as recomendações da CGU, constantes no RA 160.182/CGU (item 2.4.3 do manual). A STN/CODIN estará também, por meio da Gerência de Planejamento, Modernização e Organização da CODIN, prestando o apoio necessário para que as Unidades da STN possam atender as recomendações do RA 160.182/CGU
5.2.1.1	Para garantir maior consistência técnica ao processo de planejamento, recomendamos à STN, para o Plano de Trabalho de 2005:a) definir claramente seus produtos, discriminando as quantidades, o cronograma operacional de desenvolvimento e implementação, os custos, as especificação e a vinculação com os objetivos da política pública sob gerenciamento da STN, demonstrando quais as necessidades objetivas que os produtos estimam contemplar;b) desvincular o Plano de Trabalho Institucional das tarefas operacionais estabelecidas para avaliação de desempenho dos servidores. Considerar no estabelecimento dessas metas os objetivos estabelecidos no PPA e LDO.Recomendamos, também, que as orientações procedimentais não sejam contempladas nos Planos de Trabalhos e sim estabelecidas em manuais operacionais.	A meta n.º 10, Anexo XVI da Portaria n.º 310, de 29/04/2005 (Revisar o processo de trabalho relativo à Tomada de Contas Anual da STN, em atendimento aos normativos do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle Interno) resultou no Manual de orientações para a organização do processo de tomada de contas da STN. O Manual foi encaminhado para as Unidades da STN com o objetivo de orientá-las a atender as recomendações da

		CGU, constantes no RA 160.182/CGU (item 2.4.3 do manual).A STN/CODIN estará também, por meio da Gerência de Planejamento, Modernização e Organização da CODIN, prestando o apoio necessário para que as Unidades da STN possam atender as recomendações do RA 160.182/CGU.
10.2.1.1	Promover, em articulação com o administrador do sistema Siasg, a inclusão de todos os contratados e convênios no sistema, haja vista que o dispositivo legal foi reeditado no art. 19 da lei 10.934, de 11/8/2004.	Esta STN/CODIN já encaminhou à CGU, em 06/10/2005, o Ofício 6.216/2005/CODIN/STN com o posicionamento do MPOG (Ofício 1.016/DLSG/SLTI/MP)

**b) Cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo TCU:**

Número do acórdão	Descrição da determinação ou recomendação	Providências adotadas pela Unidade
1.779/2005	9.2.1 - Estudo acerca da conveniência e oportunidade da implantação de uma área independente de gerenciamento de riscos operacionais	<p>Conforme solicitado no Ofício Nº 16, TCU/SEMAG-1DT, de 08/02/2006 informo, a seguir, as medidas efetivas que vêm sendo adotadas para a implementação de área de gerenciamento de riscos operacionais e para a promoção do gerenciamento institucional integrado de ativos e passivos nesta Secretaria.</p> <p>2. Quanto ao Gerenciamento do Riscos Operacionais na Secretaria do Tesouro Nacional, foi iniciada em 2003 a implementação de Projeto-Piloto na Secretaria-Adjunta responsável pela administração da dívida pública. Tal iniciativa visou, num primeiro momento, o desenvolvimento, a implantação e a avaliação de metodologia que fosse aplicável à Administração Pública Direta, visto que a grande maioria das experiências são encontradas na iniciativa privada, especificamente no mercado financeiro.</p> <p>3. Em seguida, desenvolvida a metodologia de trabalho inicial, o projeto foi expandido para outros processos de trabalho de outras Secretarias-Adjuntas, destacando-se, desde então, a disseminação e fixação da metodologia de trabalho e a implementação de diversas ações de mitigação de riscos, estando algumas delas consubstanciadas por meio de metas institucionais do Tesouro.</p> <p>4. Em termos de estrutura, foi criado, informalmente, o Núcleo de Gestão de Riscos Operacionais - NRO, alocado, temporariamente, na</p>

		<p>Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional – CODIN, que conta, atualmente, com quadro de recursos humanos de 4 servidores.</p> <p>5. A proposta de institucionalização formal da área já se encontra em análise por parte do Secretário do Tesouro Nacional, contemplando a criação de uma Assessoria de Riscos Operacionais vinculada a um Comitê, composto pelos Secretários-Adjuntos da STN. Nesse quadro, garantir-se-á a independência necessária ao processo. Espera-se, assim, que, brevemente, haja a formalização da estrutura de gerenciamento do risco operacional, com a publicação de Portaria do Secretário do Tesouro Nacional.</p>
3.058/2005	1.1 - Implementação de mecanismos com vistas a evitar a concessão de suprimentos de fundos a servidor em período de férias.	Remessa do Memorando nº 1939 CODIN/STN à suprida solicitando que não sejam executadas despesas durante seu período de férias.
3.058/2005	1.2 - Instauração de sindicância e, posteriormente, Tomada de Contas Especial, com vistas à reparação dos prejuízos causados à União em razão dos bens extraviados nos exercícios de 1999,2000, 2002 adotados no Relatório da Comissão de Inventário, constituída por meio da Portaria/STN nº 520, de 14/10/2003	<p>Para apuração dos casos dos bens extraviados foram instaladas as seguintes sindicâncias:</p> <p>a) <b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>  Videocassete marca Broksonic Registro patrimonial nº 313022, Responsável: Diniz de Oliveira Imbroisi.</p> <p><b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</b>  Processo de Sindicância nº 17944.001310/2004-26. Instauração, em 15/10/2004, do processo de sindicância;. A Comissão de Sindicância concluiu pela responsabilização da empresa de vigilância e remeteu os autos do processo para Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/MF, em 24/11/2004, para adoção das medidas necessárias à reposição ou indenização do bem.. O processo encontra-se na PGFN, conforme documento COMPROT Relação de Movimentação - RM 577, de 05/10/2005 Seq. 014.</p> <p>b) <b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>  Aparelho transceptor tipo fac-símile 14400 BPS, Registro patrimonial nº 308840, Responsável: Antônio Luiz Bronzeado.</p> <p><b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</b>  Processo de Sindicância nº 17944.000359/00-94. A Comissão de Sindicância concluiu pela responsabilidade da empresa de vigilância Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda, decisão que foi acolhida pela autoridade instauradora da Sindicância em 04/07/2000;. Os autos</p>

		<p>do processo foram remetidos à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/MF (gestora do contrato de vigilância) para adoção das medidas necessárias à reposição ou indenização do bem;. A empresa CONFEDERAL recorreu à autoridade competente, dentro do prazo. Tal recurso foi apreciado pelo Secretário do Tesouro Nacional – Substituto, em 15/09/2000, o qual ratificou a decisão da Comissão, encaminhando ao Secretário-Executivo Adjunto deste Ministério, com fulcro no § 1º do artigo 56 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999;. Em 29/09/2000, o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda emitiu despacho mantendo a decisão firmada pelo Secretário do Tesouro Nacional – Substituto;. Em 09/11/2004, a COGRL/MF remeteu o processo a CODIN/STN para julgamento de novo recurso interposto pela empresa CONFEDERAL;. Em 26/11/2004, o processo foi devolvido à COGRL/MF haja vista terem sido esgotadas as possibilidades administrativas de interposição de recurso, sugerindo, inclusive, o encaminhamento do processo à PGFN/MF, caso a COGRL/MF tenha alguma dúvida;. Em 01/02/2005, a COGRL encaminhou o processo à PGFN/MF;. No dia 18/04/05, a PGFN posicionou-se pelo parecer 586 (fls. 168/171). O processo foi encaminhado então à STN/CODIN.. Janeiro de 2006 - Após posicionamento, a STN/CODIN encaminha o processo para o Secretário do Tesouro Nacional (fls. 173/174). Após pronunciamentos da PGFN, SEAIN E CODIN, o Secretário do Tesouro Nacional substituto acolheu o recurso da empresa Confederal e determinou o arquivamento do processo.</p> <p><b>c) DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b> Projektor de imagens tipo DATA SHOW, 110/220v, marca SANYO, Modelo PLC-XP07E, Registro Patrimonial nº 320476, Responsável: Vera Alice Gomes da Costa PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</p> <p>Processo de Sindicância nº 17944.000780/2002-19. A Comissão de Sindicância concluiu pela responsabilidade da empresa de vigilância Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda, decisão que foi acolhida pela autoridade instauradora da Sindicância;. Os autos do processo foram remetidos à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/MF</p>
--	--	--

		<p>(gestora do contrato de vigilância) para adoção das medidas necessárias à reposição ou indenização do bem;. Segundo informado pela COGRL/MF, por meio do Memorando nº 483 COGRL/SPOA/SE-MF, de 10/11/2004. O processo encontra-se na PGFN/MF para análise e pronunciamento. . A PGFN elabora em 18/04/05, Parecer 585/2005 (Fls. 220/223) e encaminha o processo à STN/CODIN.. Em janeiro de 2006, a STN/CODIN encaminha posicionamento e submete o mesmo à apreciação do Secretário do Tesouro Nacional.</p> <p>Após ratificação da decisão da Comissão de Sindicância pelo Secretário do Tesouro Nacional, o processo foi encaminhado à COGRL/SPOA/SE/MF em 6/1/2006, para adoção das providências cabíveis, conforme documentação comprobatória – RM 10016, de 6/1/2006, seqüência 15.</p>
3.058/2005	1.5 verifique a possibilidade de serem aproveitados os recursos humanos existentes na STN para a realização de serviços técnicos especializados e, em caso de necessidade de contratação de terceiros, exigir habilitação/qualificação necessária à execução dos serviços.	Determinação atendida - O Tesouro Nacional em 2.005 utilizou os Analistas de Finanças e Controle do seu corpo funcional para ministrar as aulas do Curso de Formação realizado para admissão de novos Analistas, não tendo sido contratada mão de obra externa para este propósito.

**Formulário sobre transferências de recursos (convênios e outros meios) :**

<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS</b>		<b>SITUAÇÃO DA AVENÇA</b> <sup>4</sup>	<b>BENEFICIÁRIO</b> <sup>3</sup>	<b>CONTRAPARTIDA</b>	<b>VALOR TOTAL RECEBIDO/ TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO</b>	<b>VALOR TOTAL PACTUADO</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>
		Prestação de contas regular. Objetivos e metas atingidos	Centro de Integração Empresa-Escola CIEE	Não há.	R\$ 117.375,07	R\$ 1.160.341,00 *estimativo até 2009	21/06/2004
		Prestação de contas regular.	Fundação Getúlio Vargas - FGV	Não há contraprestação direta de bens ou serviços, nos termos da operação especial (IN STN Nº 03/2002).	R\$ 21.610.000,00	VALORES CONSTANTES DO OGU/LOA/2005	Lei Orçamentária Anual 2005. Ação Orçamentária 04.121.0773.0556.00 01 APOIO FINANCEIRO À FGV
		Prestação de contas regular. Objetivos e metas atingidos	Caixa Econômica Federal	R\$ 485.683,15	R\$ 485.683,15	R\$ 4.988.805,74 (60 meses)	Publicação-Convênio: 23/02/2001 - Aditivos: 1º - 27/12/2002 2º - 06/05/2003 3º - 14/01/2004 4º - 05/03/2004. 5º - 30/12/2004

TIPO <sup>1</sup>	CÓDIGO SIAFI/ SIASG	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL OU DOS ADITIVOS <sup>2</sup>	OBJETO DA AVENÇA
Convênio	501350	Processo nr. 17944.000441/2004-96 Convênio celebrado em 14/06/2004 1º Termo Aditivo – Data:04/02/2005 Vigência: 13/06/2006 2º Termo Aditivo Data: 08/06/2005 Vigência: 13/06/2006 3º Termo Aditivo Data: 28/12/2005. Vigência: 13/06/2006	Convênio original indicação da dotação orçamentária e das notas de empenho a conta das quais correrão as despesas decorrentes do convênio com a concessão da bolsa de estágio no exercício de 2005. 4- reduzir o percentual de repasse de recursos previsto na cláusula décima-primeira do convênio original, ficando, o referido percentual,
Contribuição	UO 25.101 Ação Orçamentária 04.121.0773.05 56.0001	Não há.	Operação Especial (IN STN 03/2002)
Convênio	417108	Processo nr. 10951.000064/2001-12. Data da celebração:23/02/2001 Vigência 60 meses 1º termo aditivo. Celebração:27/12/2002. 2º termo aditivo celebração: 06/05/2003 3º termo aditivo. Celebração: 14/01/2004 4º termo aditivo. Celebração: 05/03/20045º termo aditivo. Celebração: 30/12/2004.	Convênio de cooperação técnica visando à realização de coleta de dados contábeis junto aos municípios brasileiros